


---

**LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

---

**RAQUEL DE PROENÇA ESPASIANO**

**O FUNDEB e seus impactos na oferta da  
educação infantil conveniada:  
Um estudo em municípios paulistas de grande porte.**



Rio Claro  
2013.

RAQUEL DE PROENÇA ESPASIANO

O FUNDEB E SEUS IMPACTOS NA OFERTA DA  
EDUCAÇÃO INFANTIL CONVENIADA:  
UM ESTUDO EM MUNICÍPIOS PAULISTAS DE GRANDE PORTE.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Raquel Fontes Borghi

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Instituto de Biociências da Universidade  
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -  
Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de  
Licenciada em Pedagogia.

Rio Claro  
2013

379.81 Espasiano, Raquel de Proença  
E77f O FUNDEB e seus impactos na oferta da educação infantil conveniada: um estudo em municípios paulistas de grande porte / Raquel de Proença Espasiano. - Rio Claro, 2013

62 f. : il., gráfs., tabs.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia)  
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro

Orientador: Raquel Fontes Borghi.

1. Educação e Estado - Brasil. 2. Política educacional. 3. Parcerias. 4. Público-privadas. 5. Oferta de vagas. I. Título.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus pelo dom da vida ,

Aos meus queridos pais Edivaldo Espasiano e Rute de Proença Espasiano pela educação, exemplo e amor a mim cultivados,

Ao meu irmão Fernando de Proença Espasiano pelo companheirismo durante a trajetória,

A minha família materna e paterna na qual sempre acreditaram no alcance deste objetivo,

A minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Raquel Fontes Borghi por ter me aceito como orientanda e ter se dedicado a meu aprendizado,

As minhas amigas que durante os quatro anos da faculdade me aconselharam, apoiaram e dividiram comigo as alegrias e angustias deste período marcante,

Aos pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE) pelo acolhimento, no qual foram fundamentais pela experiência e exemplo de dedicação aos estudos,

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa,

E as Secretarias Municipais de Educação que se propuseram a participar desta pesquisa,

A todos o meu agradecimento!

“A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe”.

Jean Piaget (1896-1980)

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCI – Centro de Convivência Infantil  
CF – Constituição Federal.  
COEPRE - Coordenação de Educação Pré-Escolar  
CONAE - Conferência Nacional de Educação  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
EJA – Educação de Jovens e Adultos.  
FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.  
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.  
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
INESP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
LBA - Legião Brasileira de Assistência  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal  
MEC - Ministério da Educação  
PDRAE - Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado  
PIB – Produto Interno Bruto.  
PMDB – Partido do Brasil  
PSB – Partido Social Brasileiro  
PSDB – Partido Social da Democracia Brasileira  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PTN – Partido Trabalhista Nacional  
PV – Partido Verde  
RE- Rede Estadual  
RM- Rede Municipal  
RP- Rede Particular.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tabulação das informações.....	44
Gráfico 2: Ano de Início.....	47
Gráfico 3: Tipos de instituições conveniadas.....	48
Gráfico 4: Subsídios públicos .....	49
Gráfico 5: Matrículas no Censo Escolar.....	51
Gráfico 6: Matrículas públicas em Creches pós FUNDEB.....	52
Gráfico 7: Matrículas publicas em Pré-Escola pós FUNDEB.....	53
Gráfico 8: Matrículas privadas em Creche pós FUNDEB.....	53
Gráfico 9: Matrículas privadas em Pré-Escola pós FUNDEB.....	54

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Matrículas da educação infantil no município de Araras.....	16
Tabela 2: Matrículas da educação infantil no município de Barretos.....	17
Tabela 3: Matrículas da educação infantil no município de Bauru.....	19
Tabela 4: Matrículas da educação infantil no município de Botucatu.....	21
Tabela 5: Matrículas da educação infantil no município de Cotia.....	22
Tabela 6: Matrículas da educação infantil no município de Guaratinguetá.....	24
Tabela 7: Matrículas da educação infantil no município de Indaiatuba.....	25
Tabela 8: Matrículas da educação infantil no município de Itaquaquecetuba.....	27
Tabela 9: Matrículas da educação infantil no município de Itapevi.....	28
Tabela 10: Matrículas da educação infantil no município de Jaú.....	29
Tabela 11: Matrículas da educação infantil no município de Limeira.....	31
Tabela 12: Matrículas da educação infantil no município de Marília.....	33
Tabela 13: Matrículas da educação infantil no município de Mogi Guaçu.....	34
Tabela 14: Matrículas da educação infantil no município de Ribeirão Pires.....	35
Tabela 15: Matrículas da educação infantil no município de Santos.....	37
Tabela 16: Matrículas da educação infantil no município de São José do Rio Preto.....	38
Tabela 17: Matrículas da educação infantil no município de Sumaré.....	40
Tabela 18: Matrículas da educação infantil no município de Taubaté.....	41
Tabela 19: Matrículas da educação infantil no município de Taboão da Serra.....	42
Tabela 20: Matrículas da educação infantil no município de Valinhos.....	44

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar possíveis alterações no atendimento da educação infantil via conveniamento a partir da implantação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica). O Fundo possibilita o repasse de recursos públicos para instituições privadas sem fins lucrativos que mantenham convênios com o Poder Público para a oferta da primeira etapa da educação básica. O conjunto dos municípios aqui pesquisados são os municípios do Estado de São Paulo considerados grandes, cuja população está compreendida entre 100.001 a 500.000 habitantes conforme resultado do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010). O período considerado é de 2007 a 2012. Para a realização deste trabalho foi utilizado como procedimento teórico – metodológico leituras bibliográficas, contatos telefônicos e/ou via emails com as Secretarias da Educação dos Municípios para a coleta de informação sobre os convênios. Conclui-se que a partir da implantação do FUNDEB houve avanço no número de municípios que implementaram as parcerias público-privado, uma vez que o recurso para a implantação/manutenção do convenio é provido pelo fundo.

Palavras-chaves: FUNDEB. Parcerias. Público-privadas. Oferta de vagas.



## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2.EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>6</b>
2.1 Contexto da Educação Infantil Brasileira.....	6
2.2 O conveniamento na oferta de vagas.....	8
2.3 Financiamento da etapa.....	11
<b>3. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS.....</b>	<b>14</b>
3.1 Estado de São Paulo.....	15
3.2 Araras.....	15
3.3 Barretos.....	16
3.4 Bauru.....	18
3.5 Botucatu.....	19
3.6 Cotia.....	21
3.7 Guaratinguetá.....	23
3.8 Indaiatuba.....	24
3.9 Itaquaquetuba.....	26
3.10 Itapevi.....	27
3.11 Jaú.....	29
3.12 Limeira.....	30
3.13 Marília.....	31
3.14 Mogi Guaçu.....	33
3.15 Ribeirão Pires.....	35
3.16 Santos.....	36
3.17 São José do Rio Preto.....	37
3.18 Sumaré.....	39
3.19 Taubaté.....	40
3.20 Taboão da Serra.....	42
3.21 Valinhos.....	43
<b>4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS PARCERIAS.....</b>	<b>46</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>6. REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>57</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo foi norteado pela temática das parcerias/convênios entre o Poder Público Municipal e instituições privadas para a oferta de vagas no nível de educação infantil em municípios grandes do Estado de São Paulo. Essa caracterização das cidades foi estabelecida a partir do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE- realizado em 2010 que denota população entre 100.001 a 500.000 habitantes.

O estudo dá continuidade às pesquisas “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado” (ADRIÃO, coord. 2009), “A oferta da educação infantil: arranjos institucionais entre o público e o privado” (BORGHI, 2012) e “Oferta educacional nas creches e parcerias público – privado nos municípios paulistas de 100.000 a 500.000 habitantes” (OLIVEIRA, 2010). A primeira pesquisa identificou os municípios paulistas que firmaram parcerias/convênios entre o poder público e instituições privadas para a oferta da educação infantil até o ano de 2009, e que constam no banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”. A segunda pesquisa realizou uma caracterização de tais parcerias/convênios. E a terceira pesquisa apresentou um estudo sobre a implantação de parcerias/convênios em municípios paulistas de grande porte.

O estudo realizado sob coordenação de Theresa Adrião no ano de 2009, demonstra em seu resultado evidente ampliação de três modalidades de parcerias realizadas entre o Poder Público Municipal e instituições privadas na área educacional, sendo elas, a compra de sistema de ensino privado pelas redes públicas; a contratação de instituições privadas para a elaboração de políticas educacionais com impacto sobre a gestão da educação municipal e a subvenção pelo Poder Público Municipal de vagas em instituições privadas de Educação Infantil. Em relação ao conveniamento da Educação Infantil o estudo de casos, mostrou diferentes arranjos entre a esfera pública e instituições privadas, em que “há uma efetiva política de responsabilização da esfera privada pela oferta de educação infantil a partir da subvenção pública não só às instituições sem fins lucrativos, mas também às instituições privadas com finalidade lucrativa.” (BORGHI, 2010, p. 6).

O termo parceria/ convênio é aqui utilizado para configurar os acordos firmados entre o Poder Público municipal e instituições privadas para a oferta de vagas na educação infantil (BEZERRA, 2008). No âmbito desta etapa de escolaridade, historicamente o atendimento no Brasil foi realizado, em grande medida, por meio da subvenção pública à instituições privadas sem finalidades lucrativas.

Como descreve Corrêa (2002, p. 15), o atendimento público das crianças na Educação Infantil no Brasil teve seu início caracterizado pela assistência e amparo às famílias de baixa renda, de tal modo que o atendimento tinha um caráter filantrópico, assistencial e de bem-estar social, sem vínculos com órgãos educacionais. Também Arelaro (2008, p. 57) evidencia este vínculo do atendimento com o campo da Assistência Social quando afirma que o crescimento no número de creches e pré-escolas no país foi garantido através do Projeto Casulo, instaurado em 1977, por meio da Legião Brasileira de Assistência (LBA). O Projeto repassava recursos financeiros para instituições privadas sem fins lucrativos, por intermédio de convênios firmados diretamente com essas instituições ou por intermédio das prefeituras.

Como destacam Borghi, Adrião e Arelaro (2009, p. 3-4) o país apresenta uma tradição em adotar políticas de subvenção pública às instituições de natureza filantrópica, confessional ou comunitária para a oferta da educação infantil, no qual o objetivo dessa política é oferecer educação gratuita em espaços privados em que o custo para esse atendimento é financiado parcialmente ou em sua totalidade por recursos públicos.

As legislações atuais legitimam a subvenção pública às instituições privadas não lucrativas. O artigo 213 da Constituição Federal de 1988, por exemplo, define:

Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas definidas em lei que:

I-comproven finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II- assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou o Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades. (BRASIL,1988)

Também a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 9394/96 possibilita o repasse de recursos para instituições filantrópicas, confessionais e comunitárias que não tenham finalidades lucrativas.

Mais recentemente, o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério) criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº11.494/2007, especificamente no que se refere à educação infantil e educação especial, permite o computo de matrículas de instituições privadas não lucrativas conveniadas para a redistribuição de seus recursos.

Assim como o seu antecessor – Fundef, o presente fundo (FUNDEB) é de natureza contábil e seus recursos são oriundos de impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, e também da complementação por meio de recursos federais sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcança o mínimo definido

nacionalmente. (BRASIL, 2009a). Os recursos do Fundo são redistribuídos entre os Estados e seus municípios de acordo com o número de alunos da educação básica matriculados em suas respectivas redes, e considerando, também, o computo das matrículas de educação infantil e educação especial - privadas conveniadas -, e que não tenham finalidades lucrativas.

Para tanto a esfera privada deve atender alguns requisitos como consta na lei nº. 11.494/2007 que necessita:

- I - oferecer igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional gratuito a todos os seus alunos;
- II - comprovar finalidade não lucrativa e aplicar seus excedentes financeiros em educação na etapa ou modalidade previstas nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo;
- III - assegurar a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional com atuação na etapa ou modalidade previstas nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo ou ao poder público no caso do encerramento de suas atividades;
- IV - atender a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino, inclusive, obrigatoriamente, ter aprovados seus projetos pedagógicos;
- V - ter certificado do Conselho Nacional de Assistência Social ou órgão equivalente, na forma do regulamento. (BRASIL,2007)

Para orientar essas parcerias/ convênios o Ministério da Educação/ Secretária de Educação Básica elaborou no ano de 2009 um documento intitulado “Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil.” que tem como objetivo:

[...] orientar secretarias e conselhos estaduais e municipais de educação nas questões referentes ao atendimento de crianças de zero a seis anos de idade, realizado por meio de convênio da Prefeitura/Secretaria Municipal de Educação com instituições privadas, sem fins lucrativos, comunitárias, filantrópicas e confessionais. (BRASIL, 2009b, p. 9)

Para Pinto (2007), o que o Fundo faz é considerar a histórica realidade do atendimento via conveniamento no país. Para o autor, a implantação do FUNDEB deve levar a um crescimento significativo do número de prefeituras mantedoras de parcerias/convênios com instituições privadas para a oferta educacional a crianças de zero a seis anos ao destacar que o valor repassado as instituições conveniadas sem fins lucrativos é menor perante o destinado a educação pública, isso se faz mediante a Lei nº 11.494/2007 no qual estabelece diferente fator de ponderação as creches conveniadas e creches públicas.

No entanto, para além dos convênios realizados com instituições privadas não lucrativas, as pesquisas anteriores citadas no início deste projeto (ADRIÃO, coord. 2009; BORGHI, coord. 2010) evidenciaram novos arranjos entre as prefeituras e instituições

privadas lucrativas para a oferta da educação infantil como os casos dos municípios paulistas de Piracicaba, Hortolândia, Limeira, entre outros que implementaram o Programa Bolsa Creche. (ADRIÃO, coord. 2009; BORGHI, 2012; DOMICIANO, 2009; OLIVEIRA, 2010). Adrião e Domiciano (2010) consideram inconstitucional o repasse de recursos públicos a instituições privadas com fins lucrativos, pois tais instituições são conduzidas pela lógica de mercado e, portanto, tal repasse contradiz o inciso II do 2º parágrafo da lei nº. 11.494/07 citado anteriormente.

O presente estudo teve como objetivo geral identificar o avanço de parcerias/convênios entre o poder público e instituições privadas para a oferta de vagas na educação infantil em municípios paulistas grandes após o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, considerando 5 anos de sua implantação (2007-2012). Os dados referentes aos anos de 2007 a 2009 já constavam no banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”. Deste modo, foi realizada uma atualização aos anos referentes a 2010-2012 e uma análise das implicações do FUNDEB para a totalidade do período aqui considerado (2007 – 2012).

Dentre os objetivos específicos da pesquisa se encontram a identificação dos municípios paulistas grandes do Estado de São Paulo que firmaram parceria para a oferta de vagas na educação infantil entre os anos de 2010 a 2012; a discussão sobre o avanço ou não dos convênios a partir da implantação do FUNDEB considerando o período de 2007 a 2012, a análise referente ao crescimento nas parcerias com instituições com fins lucrativos e a identificação do número de matrículas do Ensino Infantil entre os anos de 2007 a 2012 no conjunto desses municípios.

Em primeiro lugar, para a identificação dos novos convênios estabelecidos entre 2010 a 2012 foi realizado o contato telefônico junto aos municípios grandes do Estado de São Paulo que não firmavam parceria/ convênio até o ano de 2009 conforme consta no banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”. Essa etapa resultou em 27 cidades, nos quais 15 municípios confirmaram a educação infantil conveniada.

Nestes municípios foram coletadas as seguintes informações:

- Se Poder Público municipal estabelece convênio com instituições privadas para a oferta de vagas para o sistema de ensino infantil;
- Ano de início do convênio;
- Tipo de instituição privada com ou sem finalidade lucrativa;
- Faixa etária abrangida pelo atendimento conveniado;

- Formato da subvenção pública às instituições privadas podendo ser caracterizada por repasse per capita a instituições e famílias, cessão de funcionários municipais e edifícios, pagamento aos profissionais das instituições privadas e pagamento a creche domiciliar, entre outras;
- Justificativa do Poder Público para o firmamento do convenio com instituições privadas;
- Tipo de termo que regula os convênios no conjunto desses municípios;
- Forma de contabilização das matrículas conveniadas no Censo Escolar.

Em segundo lugar, os dados coletados nestes municípios foram acrescidos aos dados já coletados em pesquisas anteriores (ADRIÃO, coord. 2009; OLIVEIRA, 2010) referentes aos municípios grandes que firmaram convênios entre os anos de 2007 a 2009: Araras, Itaquaquecetuba, Limeira, Sumaré e Taboão da Serra.

Posteriormente, com o conjunto de municípios e dados totais do período de 2007 a 2012 foram realizadas as análises das implicações do FUNDEB para identificar possíveis alterações no atendimento da educação infantil via conveniamento.

Deste modo, o estudo esta estruturado da seguinte maneira, o capítulo a seguir se remete a educação infantil apresentando seu histórico no atendimento, conveniamento e financiamento da etapa básica. No terceiro capítulo, foi realizada uma caracterização dos municípios grandes do Estado de São Paulo com destaque as informações dos convênios. E no quarto capítulo apresento a análise e discussão sobre o avanço das novas parcerias publico privadas.

## **2. EDUCAÇÃO INFANTIL**

Neste capítulo contextualizo a educação infantil em seus diferentes olhares, os quais se apresentam a historicidade do atendimento, conveniamento e financiamento dessa etapa escolar no Brasil. A partir da década de 70, o qual se apresentou significativas mudanças à educação infantil.

### **2.1. Contexto da Educação Infantil Brasileira.**

A autora Kramer (1992) destaca que no período que engloba o descobrimento do país até meados de 1930 a educação infantil foi marcada pela implantação de projetos associados a médicos, no qual os objetivos eram a higienização e consequentemente a diminuição do índice de mortalidade infantil que naquele tempo era altíssimo devido ao caráter preconceituoso na valorização da criança de elite perante aos filhos negros de escravos. Assim apesar de terem existido diversas correntes na atuação dos médicos, os projetos não tiveram êxito devido ao desinteresse do poder administrativo da época de 1882.

A situação acima começou ser alterada em 1899 com a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil, instaurado na cidade do Rio de Janeiro que tinha como objetivo:

[...] atender aos menores de oito anos, elaborar leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos, regulamentar o serviço das amas de leite, velar pelos menos trabalhadores e criminosos, atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas, criar maternidades, creches e jardins de infância. (KRAMER, 1992, p. 52)

A creche e jardim de infância foram contemplados nos respectivos anos de 1908 e 1909 pelo Instituto, com um olhar ao cuidado, garantia de vida a criança e o seu progresso na sociedade.

Após dez anos da criação do Jardim de Infância Campos Salles, por intermédio do Instituto foi fundado o Departamento da Criança no Brasil, 1919, com a finalidade de ter o Estado como mentor, porém foi “criado e mantido em termos de recursos por Moncorvo Filho, sem receber qualquer auxílio do Estado ou da municipalidade” (KRAMER, 1992, p. 53), sendo assim a assistência à infância no país até meados da década de 20 foi através de instituições particulares. (Ibidem, 58). As tarefas que foram incumbidas ao Departamento tinham como finalidade o levantamento do histórico de proteção à criança no país, implantação de projeto ao amparo às crianças e as grávidas pobres e a luta pela inserção de leis de amparo á criança.

O Congresso Brasileiro de Proteção à Infância no ano de 1922 possibilitou uma interface entre o poder público e iniciativa privada tendo como debates assuntos do ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico. Em que resultou em intenções de “instituir a normatização e higienização de condutas e comportamentos estabelecendo hábitos saudáveis na instituição do progresso e da civilização” (CAMARA, 2006, p.764).

Durante os anos de 1930 a 1980 se fundaram diversos órgãos como o Departamento Nacional da Criança em 1940, Serviço de Assistência a Menores em 1941, no qual os objetivos eram voltados a proteção à crianças e adolescentes. Já em 1972, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição foi instaurado com a finalidade de elaborar programas de assistência alimentar a sociedade. Assim o Estado permitia parceria com associações particulares com o fim de se ausentar na responsabilidade financeira desses novos projetos. (KRAMER, 1992)

Em 1970 foi implantado o Projeto Casulo com a finalidade de expandir o numero de crianças atendidas com menor investimento monetário, assim fazendo parte do Programa Assistência – Subprograma Assistência ao Menor - em que os objetivos eram atender as “carências nutricionais das crianças e, por outro lado, na realização de atividades de cunho recreativo” (KRAMER, 1992, p. 73). Com o acesso das crianças de zero a três anos as mães puderam ingressar no mercado de trabalho, já que o atendimento variava de quatro a oito horas diárias. É valido destacar que o Projeto foi financiado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), de modo que estabeleceram convenio entre as instituições e o Projeto Casulo, no qual a LBA fomentava a “alimentação, o material didático e de consumo, os equipamentos, o material de construção e os registros, ficando o pagamento do pessoal por conta da instituição conveniada”. (KRAMER, 1992, p. 73)

Como visto acima o objetivo do Projeto não apresentava cunho educacional, apenas desenvolviam atividades direcionadas a faixa etária atendida, portanto não tinha como proposta a preparação das crianças a uma escolaridade futura e sim “ações destinadas a resolver problemas específicos como tomar conta ou dar merenda, ou, ainda, campanhas voltadas para a doação de agasalhos”. (LOPES et al, 2005, p. 24)

Em meados de 1974 o governo federal criou a Coordenação de Educação Pré-Escolar (COEPRE) que enquadrou a pré-escola, atendimento as crianças entre quatro a seis anos, no sistema educativo ao pensar essa etapa era importante para o ingresso no ensino de primeiro grau. Porém como destaca Kramer (2006, p.801) essa iniciativa não tinha fundo monetário específico, pois o “planejamento orçamentário da União continuava sem uma política de dotação de verbas específicas”. Em meio a criticas de profissionais acadêmicos, o governo



implementou no ano de 1981 o Programa Nacional de Educação Pré-Escolar, com o objetivo de estender o atendimento da pré-escola, com baixo custo e desvinculada do 1º Grau.

Essa estratégia, usada para expandir a oferta de atendimento à criança nos anos de 1980, não foi recebida com entusiasmo. A insatisfação diante das propostas de baixo custo manifestou-se; universidades, centros de pesquisa e sistemas de ensino e movimentos organizados denunciaram a precariedade de alternativas de baixo custo, exigindo educação das crianças de 0 a 6 anos com qualidade e concretização de seu papel social. (KRAMER 2006, p. 801).

O atendimento de crianças de 0 a 6 anos foi contemplado como sistema educacional com a Constituição Federal (CF) de 1988 ao propor no Art. 208 que é dever do Estado garantir vaga às crianças de zero a seis anos, a critério dos pais fazer a matrícula, sendo reafirmada com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, pois no Art. 4º esta publicada que é dever do Poder Público, família e comunidade assegurar e efetivar os direitos à vida, a saúde, a alimentação, a educação, por meio de iniciativas de políticas públicas para a garantia dos mesmos.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, a educação infantil passou a representar um papel importante às crianças ao apresentá-la como uma etapa da educação com o objetivo de desenvolver aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Além de tratar sobre a formação do profissional ao propor uma formação a esta atuação. (BRASIL, 1996b; BRASIL, 1988; BRASIL, 1990).

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 59, de novembro de 2009, o ensino obrigatório e gratuito passou a compreender as idades de 4 a 17 anos e no Art. 1º indica a implantação progressiva até o ano de 2016. No ano de 2013, a Lei nº 12.793, LDB, Art. 6º, destaca que os pais e responsáveis tem o dever de efetivar a matrícula das crianças a partir dos quatro anos de idade e com a vigência da Lei nº 11.700/ 2008, no qual descreve que o Poder Público deve oferecer vagas nas escolas públicas contemplando a educação infantil e o ensino fundamental na proximidade da residência, as crianças estão respaldadas pela oferta de vagas pelo ensino público e a obrigatoriedade dos pais em realizarem a matrícula a partir dos quatro anos de idade.

## **2.2 O comprometimento na oferta de vagas.**

A partir dos anos de 1990 houve explícitas mudanças no âmbito das políticas públicas voltadas a educação decorrente da política neoliberal, influências internacionais no caso do

Banco Mundial, da municipalização do ensino fundamental e do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1996, resultaram no incentivo a parceria publico-privada.

Na etapa aqui estudada, há uma tradição na oferta de vagas por meio de parcerias entre instituições privadas e o Poder Público Municipal, como destaca Adrião coord. (2009, p. 65), no qual o “objetivo é oferecer educação infantil gratuita em espaços privados, para o que se compromete o poder público a financiar parte ou a totalidade do custo desse atendimento.”. Vale ressaltar que o Ministério da Educação (MEC) por meio do documento “Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil” (BRASIL, 2009) trás em seu texto que as instituições privadas aptas a receberem recursos públicos devem apresentar fins não lucrativos, os quais se encaixam as instituições filantrópicas, confessionais e comunitárias. Assim condizendo se a uma educação pública-não-estatal, ao transferir as responsabilidades tradicionais do poder público as esferas privadas nas quais são financiada com verba publica. (ARELARO, 2008)

A expansão dessa modalidade se caracterizou por duas vertentes como destaca os autores Costa (2005), Susin (2008) e Adrião org. (2009) ao relatar que a primeira se apresentou na necessidade da própria comunidade de expandir o atendimento de crianças de zero a seis anos, pois houve a inserção no mercado de trabalho pelas mulheres e o fim da ditadura militar impulsionou essa demanda. E a segunda vertente foi o descontentamento por parte de intelectuais e grupo de esquerda ao colocarem em debate a desvalorização da escola publica por meio do questionamento da qualidade e de sua concepção ideológica.

Desse modo a procedência das creches conveniadas, que neste trabalho se caracterizam por instituições que atendem crianças de zero a cinco anos<sup>1</sup>, se estabeleceu de maneira comunitária e resultou em precariedade no atendimento, infraestrutura e condição de trabalho, pois como destaca Costa (2005) os recursos públicos repassados a estas instituições são de menor quantidade monetária em relação as escolas publicas. Contudo a proliferação das creches conveniadas se caracterizou em seu primeiro momento pela ausência do Estado com relação a essa etapa.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995, apresenta em seu texto o processo de “publicização” que faz referencia a propriedade não-estatal, no qual

---

<sup>1</sup> A denominação creche conveniada neste trabalho faz referencia todas as instituições que firmaram convenio para oferta da Educação Infantil. Etapa que a partir da Lei nº 11.274/ 2006 passou a atender crianças de zero a cinco anos, pelo fato da Educação Fundamental se reestruturar entre seis a quatorze anos.

Bresser Pereira (BRASIL, 1995, p.13) destaca a redefinição do papel do Estado ao propor um programa que “transfere-se para o setor público não-estatal a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade”. A validação desse documento resultou no incentivo a novos convênios firmados, pois desse modo o Estado reduziu seu papel em regulamentar esses serviços.

Outro estímulo aos novos conveniamento veio através da Lei Complementar nº 101/2000, chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que estabelece um limite de gastos as diferentes esferas publicas, na qual os municípios não podem exceder 60% de sua receita líquida. Dessa forma as justificativas dos municípios para a Educação Infantil conveniada se perpassam em obter maior eficiência da etapa, menor custo e maior participação e controle social como descreve Borghi (2012).

Pesquisas atuais com o mesmo eixo temático desta, intituladas “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado” (ADRIÃO, coord. 2009) e “A oferta educacional da educação infantil: arranjos institucionais entre o público e o privado”, do ano de 2012 coordenada pela Professora Doutora Raquel Fontes Borghi, são estudos que mostram um mapeamento de municípios paulistas conveniados até o ano de 2009 e os diferentes perfis que regulam os convênios.

De tal modo, que Domiciano (2009) destaca que municípios paulistas como Piracicaba e Hortolândia apresentam uma nova configuração no firmamento de parceiras publico-privada para a oferta de vagas na educação infantil.

No caso dos municípios citados acima, Domiciano (2009) apresenta que o conveniamento se estabelece entre o Poder Público Municipal e instituições privadas com fins lucrativos, assim não se enquadrando na legislação da Constituição Federal de 1988 o qual trás que o repasse de recurso público as instituições privadas se estabelece nos seguintes termos:

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I – comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades. (BRASIL, 1988).

A autora relata em seu estudo que durante a aplicação do Programa “Bolsa Creche” houve o “congelamento” na oferta de vagas nas escolas públicas, conseqüentemente as

instituições privadas apresentaram crescentes matrículas, “percebidos a partir da vigência da parceria nas respectivas municipalidades” (DOMICIANO, 2009, p. 181).

Outro item levantado pela autora foi em relação ao computo das matrículas no Censo Escolar, assim foi notável que as matrículas das escolas conveniadas no município de Piracicaba foram contabilizadas como públicas. E essa tendência se caracteriza por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que possibilita o repasse de recursos públicos a instituições privadas sem fins lucrativos, acrescenta que pelo fato da demanda da etapa de educação infantil ser gigantesca e o valor destinado às instituições serem baixos a probabilidade é o aumento do número de matrículas via conveniamento.

### **2.3 Financiamento da etapa.**

No ano de 1996 foi aprovado a Emenda Constitucional nº 14, regulamentado pela Lei nº 9424/96 a qual criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) em que não aumentou o valor dos recursos destinados a educação apenas realocou os valores de outros níveis de ensino para a educação básica, a qual era considerada o ensino fundamental e dessa maneira como acrescenta Borghi (2012) para que o investimento no ensino fundamental fosse 60% dos 25% destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, as outras etapas como educação infantil, educação especial e educação de jovens e adultos tiveram seus gastos desacelerados.

Com a vigência do Fundo acabando houve uma notável preocupação com relação aos futuros investimentos dos municípios na educação, então foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) por meio da Emenda Constitucional nº 53 e regulamentada pela Lei nº 11.494/ 2007. Assim ocorreu uma reconfiguração em relação ao financiamento da educação básica, o qual abrangeu todas as etapas incluindo o infantil, fundamental, médio e as modalidades de jovens e adultos e educação especial.

Constituído da mesma natureza que o FUNDEF, o novo fundo tem o prazo de quatorze anos, porém não apresenta nenhuma fonte nova de recursos. O que resultou na crítica de Jesus (2008) e Arelaro (2008), ao afirmarem que os recursos serão insuficientes devido aos diferentes índices de coeficiente de valorização, no qual a educação infantil apresenta um valor menor em relação a educação fundamental, porém a etapa que abrange idades entre zero a cinco anos necessita de maior investimento monetário. No texto que

regulamenta o FUNDEB, no Art. 10 e 11, é descrito que os recursos serão distribuídos a partir das diferenças entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, como podemos ver na tabela a seguir.

ETAPA	PONDERAÇÃO
Creche pública integral	1.10
Creche conveniada integral	0.95
Creche pública parcial	0.80
Creche conveniada parcial	0.80
Pré-escola integral	1.20
Pré-escola parcial	1.00

Fonte: Ministério da Educação – MEC. Disponível em [portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=407&Itemid=>](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=407&Itemid=>)

Os valores acima foram retirados do material desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), intitulado Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil, manual de orientação vinculado no ano de 2009 que estabelece estes números para que haja a distribuição dos recursos oriundos do fundo.

Esse novo fundo permitiu o repasse de recursos públicos à educação infantil incluindo instituições privadas sem fins lucrativos, como o texto abaixo

Art. 8º A distribuição de recursos que compõem os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, dar-se-á, entre o governo estadual e os de seus Municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial.

§ 1º Será admitido, para efeito da distribuição dos recursos previstos no inciso II do caput do art. 60 do ADCT, em relação às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público.

§ 2º As instituições a que se refere o § 1º deste artigo deverão obrigatória e cumulativamente:

I - oferecer igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional gratuito a todos os seus alunos;

II - comprovar finalidade não lucrativa e aplicar seus excedentes financeiros em educação na etapa ou modalidade previstas nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo.

(BRASIL, 2007, Art8º)

Sendo que a Lei nº 11.494/2007 e o decreto nº 6.253/2007 estabelecem para as matrículas da pré-escola conveniada o repasse do FUNDEB prazo de quatro anos (2008 a 2011), então de acordo com o Art. 13, § 3º, as matrículas das instituições pré-escola

conveniada não poderão ser computadas para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB a partir de janeiro de 2012. (BRASIL, 2007). Já as matrículas conveniadas de crianças com zero a três anos receberão o repasse do FUNDEB até seu término, ano de 2020.

Assim considera-se o FUNDEB um incentivador de novas parcerias público-privadas já que resulta em uma ação de menor custo e maior agilidade no atendimento da etapa de Educação Infantil. Autores como Pinto (2007), Arelaro (2008), Oliveira (2009), Domiciano (2010), Adrião (2009) e Borghi (2012) destacam como o fundo em seu texto legal incentiva por meio de nova política pública a propagação de novos convênios entre Poder Público Municipal e instituições privadas.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS.

Neste capítulo será apresentado os municípios grandes do Estado de São Paulo, que por meio do contato telefônico, via e-mail e pesquisa bibliográfica foi possível à identificação dos novos convênios para a oferta de vagas na educação infantil a partir do ano de 2007. Além de dados gerais, apresento informações referente as matrículas da educação infantil e as parcerias publico-privada.

A identificação dos municípios foi possível a partir do banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)” no qual apresentava 27 cidades, com população entre 100.001 a 500.000 habitantes, que não continham dados sobre conveniamento até o ano de 2009 para a oferta de vagas na Educação Infantil. No segundo momento houve o contato via telefone com esses referidos municípios no quais foram formalmente informados sobre a pesquisa através de ofício com informações referente à mesma. Apesar da insistência com novos telefonemas foram poucos os municípios que disponibilizaram documentos com as respostas sobre as parcerias publico-privada. Assim recorri a sites oficiais das prefeituras, do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE)<sup>2</sup>, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INESP) para a complementação da pesquisa.

No total de 27 municípios, a pesquisa atual contem 15 dos qual por meio do contato telefônico foi informado pelas Secretarias Municipais de Educação o firmamento de convenio entre o Poder Publico Municipal e instituições privadas para a oferta de vagas na Educação Infantil. O restante de 5 municípios não responderam as questões, porem dados oficiais de *sites* citados acima comprovam a parceria público/privada.

Assim as tabelas referentes à contabilização de matrículas durante os anos de 2005 a 2012, contem informações sobre as creches (Etapa I) e pré-escolas (Etapa II), compartilhando de três esferas, as quais são Rede Municipal (RM), Rede Estadual (RE) e Rede Particular (RP).

---

<sup>2</sup> O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação foi criado pela Lei nº 5.537/1968, e alterado pelo Decreto de Lei nº 872/ 1969 e é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC). Assim em seu site apresenta informações referentes ao FUNDEB, no qual nesta pesquisa foi utilizado dado indicando a quantidade e o tipo de instituições conveniadas para a oferta de vagas na Educação Infantil em seu ano mais recente, 2012. E o numero de matrículas conveniadas do ano de 2008, já que é a data mais anosa que o site oferece as informações.

### **3.1 Estado de São Paulo**

O Estado de São Paulo se localiza no sudeste do território brasileiro. Com a ocupação de 248.222,801 quilômetros quadrados e se divide em 645 municípios. No último Censo Demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2010, apresentou população de 41. 262. 199 habitantes. É considerada uma das mais ricas unidades federativas com destaque para as indústrias, pecuária e agricultura. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013).

### **3.2 Araras**

O município localiza-se a 170km da Capital, com população de 118.843 habitantes computados no último Censo Demográfico apresenta 644.831 quilômetros quadrados de área territorial.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2010 foi de 0,781 enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) contemplou 21. 816, 46 reais.

A atual gestão sob responsabilidade do Nelson Dimas Brambilla que é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT).

#### **Educação no município.**

O município abrange as etapas de Educação Infantil, Educação Fundamental, modalidade de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

O Poder Público municipal estabelece convênio com instituições privadas desde o ano de 2009. No ano de 2012 o município apresentou dez instituições conveniadas no qual nove apresentavam fins lucrativos, são elas, Centro Educacional Henri Wallon, Escola de Educação Infantil Cata-Vento, Escola de Educação Infantil Elefantinho Azul, Colégio Dentinho de Leite, Escola de Educação Infantil Aquarela I e II, Escola Cambalhota Berçário e Educação Infantil, Escola de Educação Infantil Crescer Araras e Escola Infantil Turminha do Vaga Lume (PREFEITURA DE ARARAS, 2012). As referidas instituições recebem da Secretária Municipal da Educação um valor per capita por meio do programa Pró-creche. Uma associação, sem fins lucrativos, é subsidiada por alimentos e professores, conforme mostra a autora Oliveira (2010, p. 44)

A justificativa para o firmamento do convenio foi a demanda excessiva na etapa.



**Tabela 1: Matrículas da educação infantil no município de Araras.**

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	1307	-	12	4221	-	187
2006	1432	-	23	3904	-	219
2007	1438	-	248	2635	-	243
2008	1730	-	378	2375	-	299
2009	1518	-	356	2548	-	373
2010	1425	-	530	4221	-	187
2011	1390	-	831	2429	-	390
2012	1407	-	900	2402	-	413

Fonte: Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP). Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

As matrículas da Etapa I municipal, entre 2005 e 2006 obteve crescimento de 9% enquanto entre os anos de 2007 a 2012 houve um deficit de 2% no numero de matrículas. A Rede Particular apresentou crescimento de 91% entre 2005 e 2006, e entre os anos de 2007 a 2012 também apresentou crescimento no numero de matrículas, contabilizando 262% de aumento.

Na Etapa II, a Rede Municipal obteve declínio de 8% no numero de matrículas entre 2005 e 2006, e entre 2007 a 2012 também apresentou diminuição contabilizando – 9%. Já a Rede Particular municipal entre 2005 a 2006 teve aumento de 17%, enquanto entre 2007 a 2012 obteve crescimento de 69%.

### 3.3 Barretos

A cidade de Barretos se localiza a 420 km da Capital, com 1.563,6 km<sup>2</sup> e no ultimo Censo Demográfico de 2010 sua população era em torno de 112.101 habitantes, com estimativa de 117. 779 para o ano de 2013.

O município apresentou no ano de 2010, por meio do IBGE, o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 0,789, numero superior aos anos anteriores. E seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita de 17.772,53 reais.

A atual gestão do município é do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), presidido pelo Guilherme Henrique de Ávila, com mandato até o ano de 2016.

### Educação no município

A rede municipal de ensino é composta pela Educação Infantil, com creches e pré-escolas, Educação Fundamental de primeiro ao nono ano, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial e cursos de formação e aperfeiçoamento profissional através do CEMUP (Centro Municipal Profissionalizante).

Até o termino da pesquisa o município não mostrou interesse em responder as questões referentes ao conveniamento da Educação Infantil. Porém em pesquisa realizada no *site* FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) no ano de 2012, o município apresentava parceria com cinco instituições sendo quatro filantrópicas e uma comunitária. E no ano de 2008 exibiu 474 matrículas em entidades conveniadas de Educação Infantil.

A seguir apresento a tabela na qual há evolução de matrículas da educação infantil da cidade entre os anos de 2007 a 2012.

**Tabela 2: Matrículas da educação infantil no município de Barretos.**

ANO	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	571	-	670	1194	-	441
2006	743	-	467	1454	-	529
2007	965	-	433	1555	-	532
2008	1131	-	538	1665	-	388
2009	1344	-	528	1799	-	414
2010	1420	-	449	1830	-	420
2011	1595	-	590	1588	-	391
2012	1798	-	567	1793	-	413

Fonte: Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP), Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

No município em específico as matrículas da Etapa I, referentes à Rede Municipal, apresentou aumento de 30% entre 2005 e 2006 e 86% entre 2007 a 2012. E as instituições da Rede Particular exibiu crescimento de 30% no numero de matrículas entre os anos de 2007 a 2012, enquanto entre 2005 e 2006 apresentou deficit de 43%.

Em relação a Etapa II, as matrículas públicas entre os anos de 2005 e 2006 apresentou crescimento de 21% enquanto entre 2007 a 2012 exibiu um acréscimo de 15%,E a Rede Particular entre 2005 e 2006 apresentou crescimento de 20% e déficit de 28% no numero do matrícula entre 2007 e 2012.

### **3.4 Bauru**

O município localiza se a 345 km da Capital, com área territorial de 667, 684 km<sup>2</sup> e com população de 343.937 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE.

Com o IDH 0,801 apresenta aumento em relação aos anos anteriores, o qual no ano de 2000 era de 0, 736. O município em 2010 apresentava o PIB em 21.578,21 reais.

O atual prefeito é o Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

#### **Educação no município**

O ensino municipal é composto por educação infantil, ensino fundamental I e II, entidades conveniadas, educação de Jovens e Adultos e educação especial.

A cidade apresenta parceria com o Observatório de Educação em Direitos Humanos da UNESP – Bauru e assim foi criado o Núcleo de Educação em Direitos Humanos (NEDH) com o objetivo de estudar e aplicar atividades sobre os valores dos Direitos Humanos nas etapas infantil e fundamental.

As matrículas referentes a rede Estadual de ensino são administradas pelo Centro de Convivência Infantil "Gente Miúda" que é responsabilidade da UNESP local.

O município apresenta 29 creches conveniadas, no qual o início do convenio se deu no ano de 2006, e todo começo de ano é renovado. As instituições não apresentam finalidade lucrativa e todas são filantrópicas.

O Poder Público subsidia as instituições por meio de repasso de merenda e verba de subsidio per capita. E as matrículas referente as creches conveniadas são contabilizadas no Censo Escolar como matrículas publicas.

A Secretaria Municipal de Educação justificou as parcerias por meio dos seguintes princípios, da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade.

A seguir esta evolução das matrículas na rede de ensino do município.

**Tabela 3: Matrículas da educação infantil no município de Bauru.**

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	2065	39	1942	10962	41	3116
2006	2524	26	1358	10022	11	2661
2007	1880	41	1484	9899	12	2375
2008	1956	9	1706	8739	4	2651
2009	2933	3	1855	6444	0	2282
2010	3335	40	2649	5197	14	2687
2011	3354	23	2646	4900	22	2691
2012	4303	26	3194	4302	14	2798

Fonte: Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP). Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

As matrículas públicas referentes a creche durante os anos de 2005 e 2006 apresentou crescimento de 22% enquanto 2007 a 2012 apresentou crescimento de 128%, sendo que no último ano analisado ultrapassou quatro mil. Já a Rede Particular exibiu declínio 43% entre 2005 e 2006 e entre 2007 e 2012 crescimento de 115% no número de matrículas. A Etapa I estadual apresentou entre os anos 2007 e 2012 déficit 57% no número de matrículas. E entre 2005 e 2006 deficit de 50%.

A Etapa II municipal apresentou declínio contínuo em suas matrículas entre os anos da tabela, em 2005 eram 10962 e no último ano 4302, assim um déficit de 154%. Enquanto isso a Rede Particular apresentou declínio entre 2005 e 2006 e crescimento em 17% nas matrículas entre 2007 e 2012. E a Rede Estadual apresentou crescimento de 16% no número de matrículas entre 2007 a 2012 e declínio entre 2005 e 2006.

### 3.5 Botucatu

A cidade localiza-se a 235 km da Capital e apresenta população de 127.328 conforme o último Censo Demográfico realizado em 2010. Conhecida como “A Cidade dos Bons Ares, das Boas Escolas e das Boas Indústrias” tem como destaque o Campus da Unesp, indústrias, comércio em crescimento e o desenvolvimento da citricultura na área agrícola.

No ano de 2010, por meio de dados do IBGE, o município apresentava o PIB em 22.458,85 reais e o IDH de 0,800, valor maior que anos anteriores.

A atual gestão municipal é filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e tem como prefeito João Cury Neto.

### **Educação no município**

O atendimento municipal a educação se estende as etapas infantil e fundamental, juntamente com as modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Como exposto abaixo a educação infantil apresenta matrículas na Rede Estadual, as quais são referentes ao Centro de Convivência Infantil "Pertinho da Mamãe" (CCI) de responsabilidade da Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" campus local.

Atualmente o município estabelece parceria/ convenio com 5 instituições sem fins lucrativos, as quais são: a Sociedade de Assistência Social Apostólica e Missionária (SASAM) que atende 50 crianças, a Associação 3 Irmãs que atende 100 crianças, o Instituto Ruach-Educar que atende 100 crianças, a Associação El Shaddai que atende 165 crianças e a Creche e Berçário Criança Feliz que atende 195 crianças.

Os Convênios são firmados por meio do Termo de Convenio, geralmente no início de cada ano, com duração de 12 meses, podendo ser renovados. A Creche e Berçário Criança Feliz tem contrato com o município desde Abril/1984, a Associação El Shaddai desde Abril/2010, o Instituto Ruach desde Dezembro/2010, a SASAM desde Dezembro/2010 e a Associação 3 Irmãs em Abril/2011. O repasse do subsidio publico a estas instituições é por meio de valor per capita.

As matrículas referente as creches conveniadas são contabilizadas no Censo Escolar como escolas particulares/conveniadas. E a justificativa do município pela adesão do conveniamento é pela necessidade do atendimento da demanda, por falta de vagas nas unidades municipais, sendo que as parcerias não oneram o índice de aplicabilidade da folha de pagamento, não ultrapassando o percentual do teto da mesma, para a Secretaria de Educação.

A seguir exponho as matrículas do município entre os anos de 2007 a 2012.

**Tabela 4: Matrículas da educação infantil no município de Botucatu.**

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	775	68	642	2768	85	1353
2006	813	127	715	2920	27	1076
2007	881	66	647	2559	87	873
2008	1070	75	752	2365	59	799
2009	1197	77	794	2136	37	854
2010	1669	77	1085	2235	38	852
2011	1736	67	1181	2269	37	911
2012	1783	75	1239	2185	38	957

Fonte: Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP). Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

A Etapa I da Rede Municipal apresenta primeiramente entre 2005 e 2006 pequeno aumento no número de matrículas, um total de 4%. Enquanto entre 2007 e 2012 os dados mostram uma evolução no número de matrículas, nas quais durante os sete anos obteve crescimento de 102%. A Rede Estadual nos anos de 2005 e 2006 as matrículas apresentou crescimento de 87% e entre 2007 a 2012 obteve déficit de 13% no número de matrículas. E as matrículas referentes à Rede Particular expõe crescimento em todos os anos de tal modo que obteve 91% de aumento entre 2007 e 2012 e entre 2005 e 2006 também apresentou crescimento.

As matrículas referentes a Pré-Escola municipal apresentou aumento no número em 5% entre 2005 e 2006 e déficit de 17% no número de matrículas entre 2007 e 2012. A Rede Estadual também obteve declínio no número de matrículas, assim entre 2007 e 2012 apresentou déficit de 128% e entre 2005 e 2006 também obteve deficit no número de matrículas. E a Rede Particular apresentou declínio no número de matrículas entre 2005 e 2006 enquanto entre 2007 e 2012 obteve crescimento de 9% no número de matrículas.

### 3.6 Cotia

O município se localiza na Região Metropolitana da Capital e apresenta população de 201.150 habitantes, como mostra o IBGE no ano de 2010, com área territorial de 324,10 km².

Com Índice de Desenvolvimento Humano de 0,780 e PIB per capita de 30.904,90 reais, de acordo com o Censo Demográfico de 2010.

O atual prefeito é Carlão Camargo filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

### **Educação no município**

A educação municipal administra e coordena as etapas de Educação Infantil, Educação Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

O município apresenta convenio com duas instituições filantrópicas e assim constituindo-se sem fins lucrativos. As quais são Centro Educacional Allan Kardec e o Projeto Âncora. As matrículas são contabilizadas por meio do Censo Escolar como públicas e o subsídio público repassado as instituições é por meio de concessão de professores.

A Secretaria Municipal não soube responder as questões referentes ao ano de início da adesão da educação infantil conveniada e qual o Termo que regulamenta o convenio. Porém em pesquisa no site da FNDE no ano de 2008 o município apresentou 312 matrículas em entidades conveniadas de Educação Infantil.

Em seguida apresento as matrículas do município das Rede Municipal e Rede Privada entre os anos de 2007 a 2012.

**Tabela 5: Matrículas da educação infantil no município de Cotia.**

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	895	-	614	6438	-	1573
2006	1002	-	573	3259	-	1384
2007	1100	-	769	3631	-	1119
2008	1095	-	767	3561	-	1091
2009	1395	-	601	3524	-	1265
2010	1528	-	786	3819	-	1232
2011	2036	-	877	4568	-	1254
2012	2136	-	900	4728	-	1304

Fonte: Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP). Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

A Etapa I, da Rede Municipal durante os oito anos obteve crescimento em relação ao número de matrícula atingindo crescimento de 138%. Em relação a Rede Particular entre os anos de 2005 e 2006 apresentou um queda no número de matrículas enquanto entre 2007 e 2012 obteve crescimento de 17% no número de matrículas.

Observa-se que nos anos de 2005 e 2006 a Pré-Escola municipal queda de 97% enquanto entre 2007 e 2012 obteve crescimento de 30% no numero de matriculas. E a Rede Particular da Etapa II apresentou deficit de 13% entre 2005 e 2006 e crescimento de 16% no numero de matriculas entre 2007 e 2012.

### **3.7 Guaratinguetá**

O município de se localiza a 176 km da Capital e tem área territorial de 752, 636 km<sup>2</sup>. No ultimo Censo Demográfico o IBGE apontou que a população é de 112.072 habitantes.

O Produto Interno Bruto per capita da cidade no ano de 2010 era de 20. 564, 91 reais e seu IDH era de 0,798.

A atual gestão municipal é filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o prefeito é Francisco Carlos Moreira dos Santos.

#### **Educação no município**

O município atende em sua Rede Municipal de ensino as etapas de Educação Infantil e Educação Fundamental, juntamente com as modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

A Rede Estadual referente a Educação Infantil é de responsabilidade do Centro de Convivência Infantil Pingo de Gente que é administrado pelo campus da Unesp local.

Até o memento de conclusão da pesquisa o município não disponibilizou as informações referentes ao conveniamento da etapa de Educação Infantil para oferta de vagas. Contudo em pesquisa realizada no site FNDE no ano de 2012 o município apresentava 10 entidades conveniadas, as quais nove são filantrópicas e uma comunitária, para a oferta de vagas na Educação Infantil. E no ano de 2008 o município exibiu 380 matriculas em entidades conveniadas.

A seguir é exposto as matriculas do município referente a Rede Municipal, Rede Estadual e Rede Privada de ensino.



**Tabela 6: Matrículas da educação infantil no município de Guaratinguetá.**

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	301	12	496	2305	34	881
2006	349	49	318	2331	18	985
2007	375	26	424	2221	17	753
2008	333	12	363	2292	29	905
2009	468	8	479	1434	27	664
2010	471	26	777	1664	10	779
2011	554	29	845	1681	11	813
2012	597	25	1044	1591	14	970

Fonte: Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP). Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

Observa-se que a Etapa I da Rede Municipal apresentou durante os anos crescimento no número de matrículas, entre 2005 e 2006 foi de 15% enquanto entre 2007 e 2012 foi de 59%. A Rede Estadual, não apresentou mudança no número de matrícula entre 2007 e 2012, no primeiro ano tinha 26 e no último ano 25 matrículas, porém entre 2005 e 2006 obteve crescimento de 308%. E a Rede Particular entre 2007 e 2012 apresentou crescimento de 146% no número de matrículas, enquanto entre 2005 e 2006 obteve déficit de 55%

A Pré-Escola municipal da Etapa II apresentou déficit de 40% no número de matrículas entre 2007 e 2012, enquanto entre 2005 e 2006 apresentou crescimento de 26 matrículas. A Rede Estadual também obteve déficit no número de matrículas entre 2005 e 2006 e também no período seguinte de 2007 e 2012, respectivamente 21% e 88%. E a Rede Particular, entre 2007 a 2012 apresentou crescimento de 28% no número de matrículas e no período de 2005 e 2006 também houve crescimento atingindo 11%

### 3.8 Indaiatuba

A cidade localizada no interior a 90 km da Capital, no último Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2010) apresentou população de 201.619 habitantes. E área territorial de 312,049 km<sup>2</sup>.

De acordo com dados do IBGE (2010) o IDH do município era de 0,788 e o Produto Interno Bruto per capita de 28.905,86 reais.

A atual gestão municipal é filiada ao Partido do Brasil (PMDB), no qual o prefeito é Reinaldo Nogueira.

### **Educação no município**

A Secretaria Municipal de Educação administra as etapas de Educação Infantil e Educação Fundamental, juntamente com as modalidades de EJA e Educação Especial. Há também o CEPIN (Centro de Educação Profissional de Indaiatuba) da Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura (FIEC).

O município apresenta 14 creches conveniadas sem fins lucrativos, sendo entidades filantrópicas. A parceria é regulamentada pelo Termo de Convenio, no qual é atualizado todos os anos.

O subsídio público repassado é por meio do valor per capita, no qual o destino desse recurso é de responsabilidade das instituições. Na contabilização das matrículas dessas instituições a diferença, pois as creches conveniadas que ocupam o prédio municipal são apresentadas como matrícula pública, já as instituições que tem estrutura física própria, no Censo Escolar, são contabilizadas como privadas.

A Secretaria Municipal de Educação não respondeu a pergunta referente ao ano de início do convênio na Educação Infantil. Porém no site da FNDE no ano de 2008 o município apresentou 312 matrículas em entidades conveniadas da Educação Infantil.

A seguir é apresentado as matrículas referente a Educação Infantil entre os anos de 2007 a 2012.

**Tabela 7: Matrículas da educação infantil no município de Indaiatuba.**

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	1327	-	886	5083	-	1773
2006	1529	-	785	4659	-	1674
2007	1628	-	795	4582	-	1198
2008	1989	-	855	3080	-	1111
2009	2035	-	1015	3782	-	1138
2010	2738	-	1039	4095	-	949
2011	3396	-	1195	4280	-	1007
2012	3943	-	1190	4196	-	1078

Fonte: Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP). Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

Observa-se que a Etapa I municipal apresentou aumento todos os anos no número de matrículas, assim obteve crescimento de 197%. A Rede Particular também apresentou a mesma característica e aumento em 50% no número de matrículas entre 2007 e 2012. Já entre 2005 e 2006 obteve queda no número de matrículas em 12%.

A Etapa II municipal obteve déficit de 9% no número de matrículas entre 2007 e 2012 e 9% entre 2005 e 2006. A Rede Particular apresentou déficit de 64% se compararmos os anos de 2005 a 2012.

### **3.9 Itaquaquetuba.**

A cidade localiza-se a 33km da Capital, apresenta área territorial de 82.606 km<sup>2</sup>. E de acordo com o último Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010 a população era compreendida por 321.770 habitantes.

O PIB per capita atualizado pelo IBGE em 2010 era de 10.118,18 reais e o IDH de 0,714. O atual prefeito é Mamoru Nakashima apoiado pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN)

#### **Educação no município.**

A Secretaria de Educação do município contempla a etapa de Educação Infantil, Educação Fundamental e as modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

De acordo com Oliveira (2010, p. 71) o convênio entre o Poder Público municipal e instituições privadas se estabeleceu em 2007, no qual o subsídio público a estas é por meio de valor per capita, no ano de 2010 foi repassado a importância de R\$106,00 reais.

No ano de 2012 a parceria público – privada apresentou dezoito instituições conveniadas, em que todas são comunitárias.

A justificativa para o convênio da oferta de vagas da Educação Infantil foi a demanda excessiva e a impossibilidade da construção de creche já que não possui área institucional.

**Tabela 8: Matrículas da educação infantil no município de Itaquaquecetuba.**

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	490	-	205	5489	-	338
2006	682	-	121	5581	-	297
2007	781	-	245	6428	-	238
2008	974	-	336	5835	-	302
2009	1218	-	708	5642	-	266
2010	1525	-	936	6036	-	300
2011	2561	-	1191	5753	-	354
2012	1847	-	1212	7952	-	432

Fonte: Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP). Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

Observa-se que a Etapa I municipal entre 2005 e 2012 apresentou crescimento no número de matrículas atingindo assim 276%. Enquanto a Rede Privada apresentou declínio entre 2005 e 2006 e crescimento 394% de entre 2007 e 2012.

E a Rede Municipal da Etapa II obteve crescimento entre 2005 e 2006 e também no período de 2007 e 2012, respectivamente 2% e 23%. E a Rede Privada houve crescimento no número de matrículas entre 2007 e 2012, de 81%.

### 3.10 Itapevi

O município se localiza na Microrregião de Osasco com área territorial de 82,659 km<sup>2</sup>. De acordo com o último Censo Demográfico realizado pelo IBGE a população era de 200.769 habitantes. E seu PIB per capita de 25.617,71 reais e o Índice de Desenvolvimento Humano de 0,735. O atual prefeito é Jaci Tadeu da Silva, filiado pelo Partido Verde (PV).

#### **Educação no município.**

A Secretaria Municipal de Educação administra as etapas de Educação Infantil, Educação Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

O município tem parceria com três instituições sendo elas: Madre Paula Elizabeth Cerioli (Confecional), Irmã Jécia Pinheiro (Confecional) e APECATU (ONG), todas sem fins lucrativos. As unidades conveniadas atendem a pré escola I e II (4 a 5 anos) e a creche parcial maternal (3 anos). Em termos de documentação todos os anos tem renovação de contrato, no qual se regula a partir de Comodato.

O subsídio público repassado para as instituições Madre Paula Elizabeth Cerioli e APECATU, são merenda escolar, uniforme, funcionários e limpeza, já para a instituição Irmã Jécia Pinheiro são fornecidos merenda escolar, uniforme, transporte e eventualmente limpeza.

No Censo Escolar as matrículas das instituições Madre Paula Elizabeth Cerioli e APECATU são contabilizadas como públicas, enquanto a instituição Irmã Jécia Pinheiro são matrículas particulares.

A justificativa da Secretaria Municipal de Educação para a educação infantil conveniada leva em consideração a necessidade de mais vagas, além daquelas já disponibilizadas em prédio público onde não exista a possibilidade de construção de novos prédios.

Nos dados disponíveis o município não revelou o ano de início dos convênios, porém no site da FNDE no qual exibe a contabilização de matrículas da educação, no ano de 2011 a cidade contabilizou 13 matrículas em entidades conveniadas, sendo que ano anteriores de 2008 a 2010 não apresentava nenhuma.

A seguir apresento o número de matrículas da Educação Infantil entre os anos de 2007 a 2012.

**Tabela 9: Matrículas da educação infantil no município de Itapevi.**

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	615	-	22	5241	-	377
2006	655	-	16	5723	-	269
2007	845	-	65	5987	-	239
2008	1076	-	85	6418	-	259
2009	1118	-	37	3897	-	251
2010	1322	-	51	5137	-	213
2011	1920	-	65	5672	-	226
2012	2082	-	56	5748	-	239

Fonte: Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP). Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

Observa-se que a Etapa I municipal apresentou um aumento contínuo em relação ao número de matrículas, assim atingindo em 2012, crescimento de 238%. Já Rede Privada obteve déficit de 16% no número de matrículas entre 2007 e 2012. E no período de 2005 e 2006 também apresentou queda no número de matrículas.

A Etapa II municipal o período de 2005 e 2006 obteve crescimento de 10% e se compararmos entre 2007 e 2012, o período apresenta um déficit de 5 % no número de matrícula. E a Rede Particular entre 2005 e 2006 obteve queda no número de matrículas enquanto o período seguinte, 2007 e 2012, não apresentou mudança no número de matrícula contabilizando 239 matrículas.

### 3.11 Jaú

O município se localiza a 296 km da Capital e tem área territorial de 685, 761 km<sup>2</sup>. No último Censo Demográfico (2010) apresentava população de 131.040 habitantes. O seu Produto Interno Bruto per capita em 15.644,07 reais. E IDH foi de 0,778.

O atual prefeito é Rafael Lunardelli Agostini, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT).

#### Educação no município.

A educação municipal administra e coordena as etapas de Educação Infantil, Educação Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Por meio do contato telefônico e eletrônico a Secretaria Municipal de Educação disponibilizou os dados referentes a implantação do convênio da Educação Infantil para a oferta de vagas, assim atualmente há parceria com duas instituições sendo elas, Casa da Criança e Massonaria. Subsídio repassado é por meio de renda per capita.

A seguir apresento o número de matrículas da Educação Infantil entre os anos de 2007 a 2012.

**Tabela 10: Matrículas da educação infantil no município de Jaú.**

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	900	-	640	4128	-	697
2006	1068	-	552	4063	-	892
2007	804	-	260	2880	-	635
2008	1580	-	411	2718	-	562
2009	766	-	514	3034	-	597
2010	758	-	717	2491	-	631
2011	1054	-	907	2296	-	637
2012	1261	-	933	2634	-	608

Fonte: Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP). Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

A Etapa I da Rede Municipal apresentou entre 2005 e 2006 crescimento no número de matrículas enquanto no período seguinte 2007 e 2012 o crescimento foi de 56% no número de matrículas. A Rede Particular entre 2005 e 2006 apresentou queda no número de matrículas enquanto os anos de 2007 a 2012 obteve crescimento em todos os anos, assim apresentando 258% de aumento em relação ao primeiro ano da tabela.

A Etapa II municipal entre os anos de 2005 e 2006 apresentou queda no número de matrículas, do mesmo modo no período de 2007 a 2012 obteve déficit de 10% no número de matrículas. A Rede Privada apresentou crescimento de 27% no número de matrículas entre 2005 e 2006 enquanto no período de 2007 e 2012 déficit de 4%.

### **3.12 Limeira**

A cidade localiza-se a 151km da capital, pertence à região administrativa de Campinas e apresenta área territorial de 580.711 km<sup>2</sup>. De acordo com o último Censo Demográfico de 2010, a população era compreendida por 276.022 habitantes.

O PIB per capita no último Censo Demográfico disponível pelo IBGE foi de 24.319,32 reais e o IDH de 0,775.

A atual gestão municipal é do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o prefeito é Paulo Cezar Junqueira Hadich.

#### **Educação no município.**

A rede educacional do município contempla Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

O conveniamento da Educação Infantil se estabeleceu no ano de 2009. Atualmente há três instituições privadas conveniadas, no quais duas são comunitárias e a outra é filantrópica de acordo com o FNDE. O subsídio a estas instituições é feito por valor per capita.

O município também apresenta o Programa Bolsa Creche, que de acordo com Oliveira (2010, p. 80), são instituições privadas *stricto sensu* e “são chamadas de creches concessionárias, pois o instrumento legal da parceria é o Termo de Concessão”.

A autora completa que

O Programa é regulamentado pelo Decreto Municipal nº. 318, de 18 de outubro de 2007. O “Bolsa-Creche” é um programa que consiste em subsidiar vagas em escolas de educação infantil particulares para crianças que estejam na lista de espera dos Centros Infantis (CIs) do

município. Os alunos, atendidos tem entre zero e 3 anos de idade. (Oliveira, 2010, p. 80).

**Tabela 11: Matrículas da educação infantil no município de Limeira.**

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	1360	-	489	8288	-	1554
2006	1487	-	601	8392	-	1261
2007	1686	-	603	8468	-	988
2008	1738	-	866	8745	-	836
2009	3051	-	1175	4745	-	786
2010	3067	-	1280	4644	-	687
2011	3520	-	1166	5344	-	800
2012	3923	-	2012	5061	-	908

Fonte: Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP). Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

Observa-se que a Etapa I da Rede Municipal entre os anos de 2005 e 2006 obteve crescimento no número de matrículas, o que também ocorreu no período de 2007 a 2012, no qual o crescimento no número de matrícula atingiu 132%. A Rede Particular também apresentou crescimento no número de matrículas, no período de 2007 a 2012 o aumento atingiu 233%.

A Etapa II municipal apresentou um déficit de 67% no número de matrículas entre o período de 2007 a 2012. E a Rede Particular também teve déficit de 80 matrículas entre 2007 e 2012.

### 3.13 Marília

A cidade localiza-se a 443 km da Capital e compreende uma área territorial de 1.170,250 km<sup>2</sup>. Dados do último Censo Demográfico (2010) demonstram que a população era compreendida por 216.745 habitantes.

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita no ano de 2010, estudo realizado pelo IBGE, mostrou um valor de 18.076,94 reais e o Índice de Desenvolvimento Humano de 0,798.

O atual prefeito é Vinícius Almeida Camarinha, filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).



### **Educação no município**

A Rede Municipal atende as etapas de Educação Infantil e Educação Fundamental. E as modalidades de EJA e Educação Especial.

A Rede Estadual é coordenado pelo Centro de Convivência Infantil “Prof. Helton Alves Faleiros” vinculado ao Campus da Unesp de Marília.

A Secretaria Municipal de Educação não soube responder as perguntas referente ao conveniamento e foi solicitado pela mesma entrar em contato com as duas instituições conveniadas para obter as informações, no qual são Restaurante Infantil e Lar da Criança. A primeira por meio da diretora Silva informou que desde o ano de 2007 a instituição passou a preponderancia da Secretária de Educação e assim assumiu caráter educacional, o período de atendimento é integral, das 8h às 17h, e as professoras são concursados pelo município. Ela acrescentou que o prédio da instituição é privado e que as matriculas devem ser consideradas publicas já que seguem as ordens da Secretária de Educação igual às instituições publicas.

A instituição Lar da Criança respondeu algumas questões por intermedio da diretora Sandra, na qual destacou que o convenio com a Secretaria da Educação foi estabelecido em 1982 quando houve subvenção de uma professora. Já no ano de 2007 a instituição passou a preponderancia da Secretaria da Educação com a subvenção de professores da rede municipal, pagamento de quatro funcionarios e colaboração monetaria de parte da merenda. Ela acrescentou que a partir do mesmo ano as crianças passaram a ter o RA municipal e material pedagogico oferecido pela Secretaria da Educação. Acredita se que não haja o termo de convenio em vigor, pois a instituição segue as diretrizes da Secretaria da Educação nos mesmos moldes que as instituições públicas.

A seguir apresento as matriculas da Educação Infantil entre os anos de 2007 a 2012.

**Tabela 12: Matrículas da educação infantil no município de Marília.**

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	2816	15	379	8301	12	1088
2006	2612	22	339	8190	11	872
2007	2912	17	387	7148	10	592
2008	3054	12	523	7056	12	538
2009	3885	17	546	4787	5	564
2010	4049	19	587	4634	6	655
2011	4129	17	770	4539	5	683
2012	4358	14	882	4445	6	676

Fonte: Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP). Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

Observa-se que a Etapa I municipal apresentou queda no número de matrículas entre 2005 e 2006 e crescimento ano após ano em relação ao número de matrículas, assim totalizando aumento de 50% entre 2007 e 2012. A Rede Estadual obteve diminuição no número de matrículas entre 2005 e 2006 e entre 2007 e 2012 obteve déficit de 21% no número de matrículas. E a Rede Particular entre 2005 e 2006 apresentou queda no número de matrículas enquanto entre o ano de 2007 e 2012, obteve aumento no número de matrícula atingindo 127%.

A Etapa II municipal apresenta queda no número de matrícula entre os anos de 2005 a 2012, contendo um déficit de 86%. A Rede Estadual se apresenta com a mesma característica ao dispor um déficit de 66% no número de matrículas entre 2007 e 2012, enquanto no período de 2005 e 2006 também houve queda no número de matrículas. E a Rede Particular observa-se que entre 2005 e 2006 houve queda no número de matrículas atingindo déficit 24% e apresentou evolução no número de matrículas, atingindo crescimento de 15% entre 2007 e 2012.

### 3.14 Mogi Guaçu

O município localiza-se no interior da Capital, com área territorial de 812,163 km<sup>2</sup>. No último Censo Demográfico (2010) a população compreendia 137.245 habitantes. E o IDH de 0,774.

Ainda de acordo com dados do IBGE, o PIB per capita do município em sua última pesquisa resultou no valor de 21.309,13 reais. A atual gestão é filiada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com o prefeito Walter Caveanha.

### **Educação no município.**

A Secretaria Municipal de Educação supervisiona as etapas de Educação Infantil, Educação Fundamental, juntamente com as modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

O município apresenta parceria/convenio com 8 instituições filantrópicas, no qual o ano de inicio das creches conveniadas foi em 2007. O documento que regula é por meio do Termo de Convenio.

O subsidio publico repassado as instituições é através do valor per capita conforme estabelece o FUNDEB, a Secretaria Municipal de Educação autorizo a informação do valor referente ao ano de 2009, no qual era de R\$ 212,55.

No Censo Escolar as matriculas das instituições conveniadas são contabilizadas como publicas. E a justificativa para a educação infantil conveniada é que a Rede Municipal não atende a crescente demanda desta faixa etária.

A seguir, na tabela, estão as matriculas referente a Educação Infantil entre os anos de 2007 a 2012.

**Tabela 13: Matriculas da educação infantil no município de Mogi Guaçu.**

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	1125	-	77	3898	-	629
2006	1136	-	339	3687	-	724
2007	949	-	322	3896	-	465
2008	971	-	388	3840	-	353
2009	1359	-	351	3263	-	414
2010	1678	-	425	2638	-	332
2011	1556	-	530	2928	-	335
2012	1536	-	668	3006	-	371

Fonte: Sistema de Consulta a Matricula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP). Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

A Etapa I municipal durante os anos de 2005 e 2006 observa se que houve um crescimento no numero de matriculas enquanto entre 2007 a 2012 apresentou crescimento no número de matricula, atingindo 60% de aumento. A Rede Particular obteve crescimento de 340% entre 2005 e 2006 e 107% entre 2007 e 2012 no numero de matriculas.

A Etapa II municipal entre 2005 e 2006 houve declínio no número de matrículas e 2007 e 2012 também obteve queda, totalizando -29% no número de matrículas. E a Rede Particular apresentou crescimento no número de matrículas entre 2005 e 2006 e déficit de 25% no período de 2007 a 2012.

### 3.15 Ribeirão Pires

O município localiza-se na Região do Grande ABC, juntamente com outras cidades. Com área territorial de 99,119 km<sup>2</sup> no ano de 2010 apresentava população de 113.068 habitantes conforme o IBGE. De acordo com os dados do Censo Demográfico (2010) a cidade apresentava PIB per capita de 16.709,84 reais e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,784.

#### **Educação no município.**

A Secretaria Municipal de Educação é responsável pelas etapas de Educação Infantil, Educação Fundamental e Ensino Médio, com a Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

O município não disponibilizou informações e dados sobre a implantação do convênio para a oferta de vagas da Educação Infantil. Porém em pesquisa realizada no site FNDE no ano de 2008 havia 218 matrículas de entidades conveniadas, e no ano de 2012 o município apresentou parceria com quatro instituições, sendo 3 filantrópicas e 1 comunitária.

A seguir apresento o número de matrículas da Educação Infantil entre os anos de 2007 a 2012.

**Tabela 14: Matrículas da educação infantil no município de Ribeirão Pires.**

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	1120	-	231	2742	-	340
2006	379	-	232	3041	-	292
2007	1595	-	286	2060	-	169
2008	1402	-	150	2527	-	395
2009	963	-	296	1860	-	542
2010	1193	-	353	1544	-	445
2011	1403	-	479	1794	-	457
2012	1624	-	460	2200	-	578

Fonte: Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP). Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

A Etapa I municipal entre 2005 e 2006 houve queda no número de matrículas enquanto no período de 2007 a 2012 apresentou crescimento de 2%, isso significa 29 matrículas. Na Rede Particular entre 2005 e 2006 o número de matrículas não apresentou mudança enquanto o período de 2007 e 2012 exibiu crescimento de 60% no número de matrículas.

A Etapa II municipal apresentou crescimento de 10% entre 2005 e 2006, e 6% no número de matrículas entre o período de 2007 e 2012. E na Rede Privada observa-se que entre 2005 e 2006 houve queda no número de matrículas enquanto no período de 2007 e 2012 obteve 242% de aumento.

### **3.16 Santos**

A cidade localiza-se no litoral do Estado, com área territorial de 280,674 km<sup>2</sup>. No último Censo Demográfico disponibilizado pelo IBGE em 2010, a população era compreendida por 419.400 habitantes. O IDH era de 0,840 e o Produto Interno Bruto per capita era no valor de 65.790,53 reais.

A atual gestão é filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o prefeito é Paulo Alexandre Barbosa

#### **Educação no município.**

A Secretaria Municipal de Educação administra as etapas de Educação Infantil, Educação Fundamental, juntamente com as modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

A Secretaria Municipal de Educação ao disponibilizar os dados referentes a parceria público-privada para a oferta de vagas da Educação Infantil, afirmou que há o convênio com 39 instituições, no qual na década de 90 foi estabelecida as primeiras parcerias público-privada, na legislação disponibilizada pela Secretaria de Educação a Lei nº 1470/96 estabelecia parâmetros do convênio. As entidades não apresentam fins lucrativos sendo filantrópicas, comunitárias e confessionais. O Termo que regula é o convênio, em que o Poder Público subsidia por meio de renda per capita, merenda, material e uniforme. A Lei Municipal nº 2.887/12 estabelece o valor de R\$ 276,68 para Creche período integral, R\$ 166,01 para Creche período parcial e R\$ 138,82 para Pré-Escola período parcial. As matrículas das referidas instituições são contabilizadas como convênio no Censo Escolar e a justificativa para adesão das parceiras é atender a demanda da Educação Infantil.

A seguir apresento as matrículas referente a Educação Infantil entre os anos de 2007 a 2012.

**Tabela 15: Matrículas da educação infantil no município de Santos.**

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	1906	-	3567	7331	-	7789
2006	1307	-	2928	6064	-	6855
2007	2009	-	3736	5785	-	5330
2008	1077	-	4079	5472	-	5316
2009	2191	-	4504	5384	-	5653
2010	3815	-	6185	3936	-	4067
2011	3517	-	6638	3738	-	4360
2012	3391	-	6925	3802	-	4854

Fonte: Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP). Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

Observa-se que a Etapa I municipal entre 2005 e 2006 houve queda no número de matrículas enquanto no período de 2007 e 2012 apresentou crescimento de 68%. E a Rede Particular entre 2005 e 2006 também apresentou queda no número de matrículas, e no período de 2007 a 2012 apresentou crescimento de 85%.

A Etapa II municipal observa-se que entre 2005 e 2006 o número de matrículas caiu e no período seguinte, 2007 e 2012 apresentou também déficit, totalizando - 52%. Com a mesma característica a Rede Particular obteve declínio no número de matrícula, no qual no ano de 2005 era de 7789 passou para 4854 no ano de 2012, assim obteve déficit de 60 % no número de matrículas.

### **3.17 São José do Rio Preto.**

A cidade localiza-se no interior do Estado, a 443 km da Capital. Sua área territorial é de 431.963 km<sup>2</sup>. Em dados do último Censo Demográfico de 2010, a população era compreendida de 408.258 habitantes. Seu PIB per capita no valor de 21.991, 26 reais e o Índice de Desenvolvimento Humano em 0,797.

O atual prefeito é Valdomiro Lopes filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

### **Educação no município**

A Secretaria Municipal de Educação administra as etapas de Educação Infantil, Educação Fundamental, modalidade de EJA e Educação Especial.

As matrículas referente a Rede Estadual são por conta do Centro de Convivência Infantil “Bagunça Feliz” supervisionada pela Unesp, campus local.

Os dados referentes ao conveniamento da Educação Infantil foram disponibilizados pela Secretária de Educação, no qual confirmou o conveniamento com 45 instituições sem finalidades lucrativas, comunitárias e filantrópicas. Desde o ano de 1999 as instituições conveniadas passaram a integrar a Rede Municipal de Ensino, sob os auspícios da Secretaria Municipal de Educação. O Termo que regula essa parceria é o convenio, em que a subvenção pública é por meio de renda per capita a cada criança matriculada com a finalidade de pagar as despesas necessárias ao atendimento do objeto do convênio que estão previstas no Cronograma de Desembolso e no Plano de Aplicação de Recursos Financeiros constantes do Plano de Trabalho aprovado pelo Poder Público.

As referidas matrículas são contabilizadas no Censo Escolar como conveniadas e a justificativa por parte do município para parceria público – privada é a partir do Decreto Municipal 10.494 de 27/12/1999 que instituiu o Programa de Integração das Creches Municipais à Rede de Ensino Municipal, houve-se a necessidade de firmar novos convênios com entidades como forma de garantir a continuidade no atendimento até então realizado de forma assistencial. Porém o município tem como objetivo a diminuição gradativa dos convênios de oferecimento de atendimento educacional, municipalizando as existentes.

A seguir está as matrículas referente a Educação Infantil entre os anos de 2007 a 2012.

**Tabela 16: Matrículas da educação infantil no município de São José do Rio Preto.**

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	873	45	4173	8557	44	6327
2006	906	41	5001	4741	25	4807
2007	1030	41	5653	4378	30	4377
2008	1395	26	6378	3994	18	4385
2009	1666	22	6814	3704	22	4473
2010	1430	25	7850	4736	21	3450
2011	919	29	8850	5989	14	2879
2012	1362	29	9624	6995	9	2294

Fonte: Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP). Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

A Etapa I municipal entre os anos de 2005 e 2006 houve crescimento no número de matrículas e no período de 2007 a 2012 também ocorreu crescimento de 32%, no número de matrículas. A Rede Estadual obteve déficit de matrículas entre 2005 e 2006 e entre 2007 e 2012 a queda foi de 41% no número de matrículas. E a Rede Particular obteve déficit no número de matrículas entre 2005 e 2006, porém no anos posteriores houve crescimento atingindo 70% de aumento entre 2007 e 2012 no número de matrículas.

Na Etapa II municipal observa-se déficit de 80% no número de matrículas entre 2005 e 2006 e crescimento de 59% entre 2007 a 2012. A Rede Estadual obteve déficit no período de 2005 e 2006 e entre 2007 a 2012 apresentou queda de 233% no número de matrículas. E a Rede Particular entre 2005 e 2006 apresentou déficit de 31% enquanto no período de 2007 a 2012 a queda foi de 90% no número de matrículas.

### **3.18 Sumaré**

O município situa-se a 100 km da capital, pertence à região administrativa de Campinas e apresenta área territorial de 153.502 km<sup>2</sup>. De acordo com o último Censo Demográfico a população era compreendida por 241.311 habitantes.

O IDH em 2010 era de 0,762 e o PIB per capita de 32.505,56 reais. A atual gestão municipal é do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e a prefeita é Cristina Carrara.

#### **Educação no município**

A rede municipal de educação do município atende a Educação Infantil, Educação Fundamental e as modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Oliveira (2010, p. 102) destaca que o conveniamento para a oferta de vagas na Educação Infantil foi implantado no ano de 2007, e de acordo com o FNDE no ano de 2012 havia 21 instituições conveniadas, sendo que 20 são comunitárias e apenas 1 filantrópica.

O subsídio repassado a estas instituições é por meio do valor per capita no qual no ano de 2010 o valor para o período integral era de R\$250,00 e para meio período era de R\$100,00.

A justificativa é de que o município não apresenta estrutura para o atendimento e que o serviço prestado dessas instituições são de qualidade.



**Tabela 17: Matrículas da educação infantil no município de Sumaré.**

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	516	-	320	7211	-	371
2006	550	-	327	7085	-	494
2007	704	-	378	7764	-	446
2008	929	-	380	8115	-	476
2009	956	-	723	5192	-	527
2010	958	-	2008	4771	-	369
2011	916	-	2979	5985	-	465
2012	878	-	3439	5918	-	609

Fonte: Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP). Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

Observa-se na Rede Municipal da Etapa I entre 2005 e 2006 o número de matrículas aumentaram, do mesmo modo no período entre 2007 e 2012 ocorreu crescimento, atingindo 24%. Na Rede Particular entre 2005 e 2006 houve crescimento de apenas 7 matrículas enquanto no período de 2007 e 2012 a evolução foi de 904% no número de matrículas.

Na Etapa II a Rede Municipal no ano de 2005 e 2006 apresentou declínio no número de matrículas enquanto no período seguinte, 2007 e 2012, o déficit foi de 30%. E a Rede Particular obteve crescimento no número de matrículas nos anos de 2005 e 2006 e no período de 2007 e 2012, apresentou aumento de 36%.

### 3.19 Taubaté

O município se localiza a 130 km da Capital e apresenta área territorial de 624.885 km<sup>2</sup>. Dados do IBGE apontam população de 278,686 habitantes no ano de 2010. Com IDH de 0,800 e Produto Interno Bruto per capita de 35.083, 20 reais.

O atual prefeito é José Bernardo Ortiz Monteiro Jr filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

#### **Educação no município.**

A Secretaria Municipal de Educação administra etapas de Educação Infantil, Educação Fundamental e Ensino Médio. Além da modalidade de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, o município tem projeto como: Ametra (Atendimento Múltiplo na

Educação e no Trabalho), PEJ (Programa Esporte e Juventude), Escola de Artes “Maestro Fêgo Camargo”, Escola Municipal de Ciências Aeronáuticas e Cemte (Centro Educacional Municipal Terapêutico Especializado) Madre Cecília.

Até a conclusão da pesquisa a Secretaria Municipal de Educação não disponibilizou os dados e informações referentes ao conveniamento da Educação Infantil para a oferta de vagas. Porém em pesquisa no site FNDE no ano de 2008 o município contabilizou 106 matrículas conveniadas, na qual em 2012 o município apresentou parceria público-privada com 5 instituições, sendo elas 2 filantrópicas e 3 comunitárias.

A seguir apresento matrículas da Educação Infantil entre os anos de 2007 a 2012.

**Tabela 18: Matrículas da educação infantil no município de Taubaté.**

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	1466	-	918	8578	-	1981
2006	1850	-	868	5756	-	1669
2007	4443	-	1070	3114	-	1361
2008	4758	-	1250	2879	-	1249
2009	5373	-	1167	2944	-	1313
2010	5429	-	1599	3039	-	1157
2011	2880	-	1393	5674	-	1650
2012	3061	-	1598	5555	-	1858

Fonte: Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP). Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

Observa-se que a Etapa I municipal obteve crescimento entre 2005 e 2006 e déficit de 45% no número de matrículas entre 2007 e 2012. Na Rede Particular as matrículas atingiram crescimento de 50% entre 2007 e 2012, enquanto no ano de 2005 e 2006 crescimento no número de matrículas.

Na Etapa II municipal as matrículas entre 2005 e 2006 declinaram e no período de 2007 e 2012 tiveram aumento em 78%. A Rede Particular também apresentou declínio no número de matrículas entre 2005 e 2006 e crescimento entre 2007 e 2012 com 36%

### 3.20 Taboão da Serra.

O município se localiza a 15 km da capital, pertence à Região Metropolitana de São Paulo. No último Censo Demográfico o município apresentava população de 244.528 habitantes. E o IDH de 0,769 e o PIB per capita de 19.643,378 reais.

A atual gestão é do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do prefeito Fernando Fernandes.

#### Educação no município.

A Rede Municipal de ensino atende a Educação Infantil, Educação Fundamental e as modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

O conveniamento no município para a oferta de vagas na Educação Infantil se estabeleceu no ano de 2007 e o subsídio repassado as instituições religiosas e associações é por meio do valor per capita. A justificativa para o conveniamento é de que não há espaço para a construção de novas escolas assim a solução encontrada foi o conveniamento. (OLIVEIRA, 2010, p. 107)

**Tabela 19: Matrículas da educação infantil no município de Taboão da Serra.**

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	1420	-	145	4384	-	1056
2006	1476	-	287	4717	-	1236
2007	2340	-	346	5546	-	828
2008	1359	-	1830	4928	-	1319
2009	1598	-	2178	4855	-	1179
2010	1434	-	2255	5315	-	1043
2011	578	-	3211	5375	-	896
2012	719	-	3362	5492	-	964

Fonte: Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP). Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

Observa-se que na Etapa I da Rede Municipal entre 2005 e 2006 houve crescimento no número de matrículas enquanto entre 2007 e 2012 apresentou déficit de 225%. A Rede Particular apresentou crescimento contínuo no número de matrículas, assim entre 2005 e 2012 obteve aumento de mais de 200%.

Na Etapa II a Rede Municipal apresentou crescimento no numero de matriuclas entre 2005 e 2006 enquanto no periodo de 2007 e 2012 deficit de 54 matriculas. E a Rede Particular apresentou crescimento entre 2005 e 2006, e no periodo de 2007 e 2012 se caracterizou pelo aumento no numero de matriculas, totalizando 16%.

### **3.21 Valinhos**

A cidade localiza se na Região Metropolitana de Campinas e tem área territorial de 148, 591 km<sup>2</sup>. Em dados do ultimo Censo Demográfico o município apresentava população de 106.973 habitantes. E seu PIB per capita no valor de 33.528,80 reais e o Índice de Desenvolvimento Humano em 0, 819.

A atual gestão do município é filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com Clayton Machado, atual prefeito.

#### **Educação no município.**

A Secretaria Municipal de Educação coordena as etapas de Educação Infantil, Educação Fundamental e Ensino Médio, juntamente com modalidade de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Após o contato via telefone o município não disponibilizou as informações referentes ao conveniamento da Educação Infantil para a oferta de vagas. Porém no site oficial da Prefeitura, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação há uma lista com quatro creches conveniadas, as quais são: Escola de Educação Infantil ABC, Instituto Educacional Castelo Baluarte, Escola de Educação Infantil e Escola de Educação Infantil Conhecer. E no site do FNDE no ano de 2008 o município apresentava 98 matriculas em entidades conveniadas para a Educação Infantil.

A seguir apresento as matriculas referente a Educação Infantil entre os anos de 2007 a 2012.

**Tabela 20: Matrículas da educação infantil no município de Valinhos.**

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2005	251	-	609	3128	-	961
2006	238	-	720	3001	-	966
2007	338	-	613	2774	-	627
2008	348	-	608	2800	-	633
2009	505	-	767	1907	-	778
2010	550	-	812	1870	-	626
2011	559	-	1101	1816	-	712
2012	709	-	1232	1819	-	859

Fonte: Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar – 1997/2013 (INESP). Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”.

Observa-se que na Etapa I municipal o número de matrículas entre 2005 e 2006 apresentou um declínio enquanto no período de 2007 e 2012 aumentou todos os anos atingindo 109%. Já a Rede Particular obteve crescimento de 100% entre 2007 e 2012 e no ano de 2005 e 2006 o crescimento foi de 18%

A Etapa II municipal apresentou declínio no número de matrículas, assim no ano de 2012 obteve um déficit de 71% em relação ao ano de 2005. E a Rede Particular apresentou crescimento de 2005 e 2006 enquanto no período de 2007 e 2012 houve o aumento de 37% no número de matrículas.

A seguir apresento o gráfico com todas as informações disponíveis pelos municípios desta pesquisa

. Gráfico 1: Tabulação das informações

MUNICIPIOS	ANO DE INICIO	TIPO DE CONVENIO	SUBSIDIO PUBLICO	CONTABILIZAÇÃO DE MATRICULAS	DOCUMENTO QUE REGULA O CONVÊNIO	JUSTIFICATIVA
ARARAS	2009	SEM FINS LUCRATIVOS E COM FINS LUCRATIVOS	ALIMENTAÇÃO PROFESSOR PER CAPITA	-	TERMO DE CONVENIO	DEMANDA
BARRETOS*	-	-	-	-	-	-
BAURU	2006	SEM FINS LUCRATIVOS	ALIMENTAÇÃO PER CAPITA	MATRICULA PÚBLICA	-	LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E ECONOMICIDADE
BOTUCATU	2010	SEM FINS LUCRATIVOS	PER CAPITA	MATRICULA PARTICULAR.	TERMO DE CONVENIO	DEMANDA
COTIA	-	SEM FINS LUCRATIVOS	PROFESSORES	MATRICULA PÚBLICA	-	-
GUARATINGUETA*	-	-	-	-	-	-
INDAIATUBA	-	SEM FINS LUCRATIVOS	PER CAPITA	MATRICULA PÚBLICA E MATRICULA PARTICULAR	TERMO DE CONVENIO	-
ITAQUAQUECETUBA	2007	SEM FINS LUCRATIVOS	PER CAPITA	-	-	DEMANDA
ITAPEVI	2011	SEM FINS LUCRATIVOS	ALIMENTAÇÃO FUNCIONARIO TRANSPORTE	MATRICULA PÚBLICA E MATRICULA PARTICULAR	TERMO DE COMODATO	DEMANDA

JAÚ	-	SEM FINS LUCRATIVOS	PER CAPITA	-	-	-
LIMEIRA	2009	SEM FINS LUCRATIVOS E COM FINS LUCRATIVOS	PER CAPITA	-	TERMO DE CONCESSÃO	-
MARÍLIA	2007	SEM FINS LUCRATIVOS	PROFESSORES FUNCIONARIO PER CAPITA	MATRICULA PÚBLICA	-	-
MOGI GUAÇU	2007	SEM FINS LUCRATIVOS	PER CAPITA	MATRICULA PÚBLICA	TERMO DE CONVENIO	DEMANDA
RIBEIRÃO PIRES*	-	-	-	-	-	-
SANTOS <sup>3</sup>	1996	SEM FINS LUCRATIVOS	ALIMENTAÇÃO PER CAPITA	MATRICULA CONVENIADA	TERMO DE CONVENIO	DEMANDA
SÃO JOSÉ DO RIO <sup>4</sup> . PRETO	1999	SEM FINS LUCRATIVOS	PER CAPITA	MATRICULA CONVENIADA	TERMO DE CONVENIO	DEMANDA
SUMARE	2007	SEM FINS LUCRATIVOS	PER CAPITA	-	-	ESTRUTURA FISICA
TAUBATE*	-	-	-	-	-	-
TABOÃO DA SERRA	2007	SEM FINS LUCRATIVOS	PER CAPITA	-	-	ESTRUTURA FISICA
VALINHOS*	-	-	-	-	-	-

Fonte: Estruturada pela autora. Legenda: \*municípios que não disponibilizaram as informações.

<sup>3</sup> A Secretaria Municipal de Educação de Santos em contato via telefônico informou que o ano de adesão do convênio da Educação Infantil se estabeleceu em 1996 apesar de não conter no Banco de Dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009).”

<sup>4</sup> A Secretaria Municipal de Educação de São José do Rio Preto em contato via telefônico informou que o ano de adesão do convênio da Educação Infantil se estabeleceu em 1999 apesar de não conter no Banco de Dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009).”

#### **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS PARCERIAS.**

Neste capítulo é realizada a análise das informações municipais, quanto a evolução de matrículas pós FUNDEB, o ano de implantação do convenio, tipos de instituições conveniadas, formato de subsídios públicos para essas instituições, tipos de documentos que regula as parcerias, contabilização das matrículas conveniadas no Censo Escolar e justificativas da opção pelo convênio, tendo o conjunto de municípios pesquisados.

A discussão é realizada a partir das informações dos estudos realizados por Adrião (2009), Borghi (2012) e Oliveira (2010) no qual o eixo temático propicia a comparação e avanço no conveniamento da Educação Infantil para a oferta de vagas.

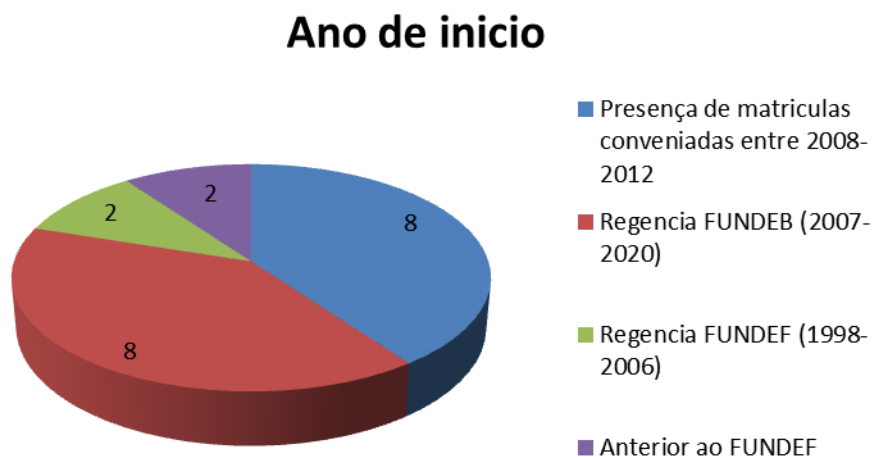
O IDH, no qual tem como objetivo mensurar a saúde, educação e renda da população, no Estado de São Paulo o valor é de 0,783. Comtemplando os 20 municípios contidos nesta pesquisa, 10 cidades apresentam menor IDH em relação ao Estado, já o restante de 10 municípios obtém IDH maior que o Estado de São Paulo.

Em relação ao PIB per capita, este é a soma de bens e serviços finais de determinada região, Estado ou município divididos pelo numero total de população. O Estado de São Paulo, no seu ultimo Censo Demográfico de 2010 apresentava o valor de 30.243 reais, no conjunto de municípios pesquisados cinco cidades apresentam maior valor de PIB que o Estado, enquanto 15 municípios apresentam índice de PIB per capita menor que o Estado de São Paulo.



#### 4.1 Implantação de convênio.

A partir das informações dos vinte municípios contidos no capítulo anterior apresento os gráficos com as análises da implantação da educação infantil conveniada.



**Gráfico 2: Ano de Início.**

Durante a pesquisa apenas doze municípios disponibilizaram o ano de início da parceria publico-privada para a oferta de vagas na Educação Infantil. O restante, 8 municípios, os dados referentes ao ano de início do convenio foi extraído do *site* do FNDE. Este *site* disponibiliza o numero de matrículas conveniadas em creches e pré-escolas, a partir do ano de 2008. Deste modo, para os municípios que não informaram o ano de início do convênio, foi verificado no *site* se no período entre 2008 e 2012 constavam matrículas conveniadas na educação infantil.

Observa-se que o município de Santos realizou o primeiro convenio no ano de 1996 e a cidade de Botucatu em 1984, anos anteriores a implantação do FUNDEF. No entanto, foi somente em 2010 que o município de Botucatu iniciou convênios com quatro novas instituições até então apresentava apenas uma instituição conveniada. Dessa forma, apesar do primeiro convênio ser antigo, foi somente após o FUNDEB que a política de convenciamento no município toma fôlego. Enquanto isso nos municípios de São José do Rio Preto e Bauru, as parcerias publico-privada se instauraram em 1999 e 2006 respectivamente, anos de regência da legislação do FUNDEF. Os municípios de Araras, Itaquaquecetuba, Itapevi, Limeira, Marília, Mogi Guaçu, Sumaré e Taboão da Serra em seus documentos disponibilizados com informações sobre o convenciamento afirmaram que o ano de início se deu no período de regência do FUNDEB. Todos os demais municípios, oito no total, não responderam a esta

questão, mas a partir do site da FNDE foi constatado que os mesmos apresentam matrículas conveniadas no período 2008-2012, são eles: Barretos, Cotia, Guaratinguetá, Indaiatuba, Jaú, Ribeirão Pires, Taubaté e Valinhos.

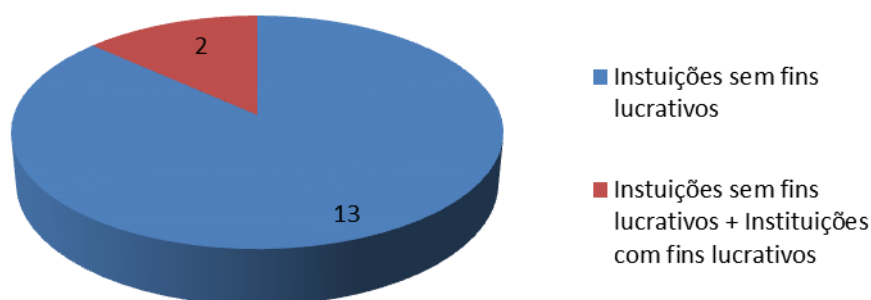
Assim se considerarmos os 27 municípios grandes do início da pesquisa, 20 possuem conveniamento da educação infantil durante o período do FUNDEB, resulta assim um aumento de número de municípios que aderiram a parceria público –privada entre os anos 2007 a 2012. Destaco que esse índice tende a crescimento já que o atual fundo possibilita o repasse de recursos públicos a instituições privadas.

O documento vinculado ao MEC em 2009, intitulado “Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil” trás as normas para a regulamentação dessas parcerias, no qual afirma que o repasse de subsidio público é mediante a comprovação que as instituições sejam sem fins lucrativos, compondo-se de filantrópicas, comunitárias e confessionais.

Apesar do documento citado acima exigir que as instituições conveniadas sejam sem fins lucrativos para poderem receber subsidio público, estudos realizados por Domiciano (2009) e Oliveira (2010) apontam que há uma reconfiguração no tipo de instituição ao expor que municípios paulistas como Limeira, Piracicaba, Hortolândia e Araras apresentam instituições com finalidade lucrativa e mesmo assim recebem verba pública.

De modo que o gráfico a seguir aponta os tipos de instituições conveniadas a partir de dados disponíveis pelos municípios e do *site* FNDE. O total de instituições conveniadas que compreende todos os municípios em análise é em torno de 200 unidades.

### Tipos de instituições conveniadas



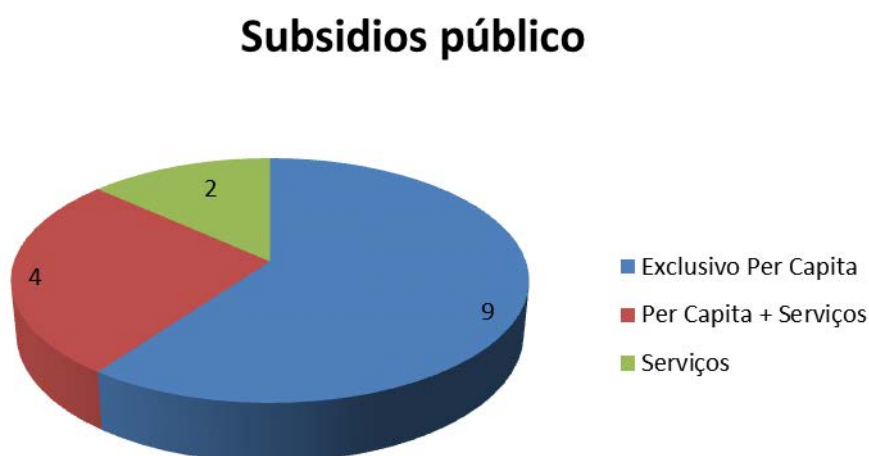
**Gráfico 3: Tipos de instituições conveniadas.**

Observa-se que as parcerias público–privadas são na maioria realizadas com instituições sem fins lucrativos. No entanto 2 municípios, Araras e Limeira, apresentam conveniamento com instituições sem fins lucrativos e instituições com fins lucrativos, respectivamente Programa Pró-Creche e Programa Bolsa Creche. Assim o restante de 18 municípios apresentam conveniamento com apenas instituições sem fins lucrativos.

Autores como Adrião (2009) e Domiciano (2009) destacam uma nova reconfiguração no tipo de instituições conveniadas, na qual em municípios de Piracicaba e Hortolândia as parcerias publico-privada para a oferta de vagas também são estabelecidas com instituições privadas com fins lucrativos. Apesar do documento do MEC, “Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil” e da Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o FUNDEB não permitirem o repasse a estas instituições.

O documento disposto pelo MEC com as orientações sobre o conveniamento trás em seu texto informações referente ao subsidio publico repassado às instituições privadas. No qual o valor monetário destinado ao conveniamento é estabelecido pelo numero de crianças e o valor arrecadado por meio do FUNDEB. De tal forma que permite a aplicação de 40% da arrecadação do fundo nas parcerias publico- privada e o restante de 60% devem ser designados à remuneração de profissionais da rede publica.

Por meio desta pesquisa foi possível identificar diversos subsídios públicos repassados as instituições conveniadas. O gráfico a seguir demonstra os dados coletados.



**Gráfico 4: Subsídios público.**

Por meio desta pesquisa os municípios que disponibilizaram os dados referentes ao formato de subsidio repassado as instituições conveniadas, se apresentam da seguinte forma: dois municípios realizam o repasse público oferecendo apenas serviços, podendo ser concessão de funcionários, professores, alimentação, transporte, uniforme e limpeza. Outros quatro municípios subsidiam as instituições conveniadas por meio de repasse de verba per capita mais serviços. E nove municípios realizam o subsidio público por meio exclusivamente de verba per capita.

O valor monetário disponível pelo FUNDEB destinado as instituições conveniadas leva em conta o numero de matriculas do Censo Escolar e o coeficiente de valorização de cada etapa do convênio.

Outro dado informado para a pesquisa foi em relação ao documento que regula essas parcerias publico-privada, que se estabelecem por meio de três diferentes termos, o Termo de Comodato, o Termo de Convênio e Termo de Concessão. O segundo, o Termo de Convênio, é definido pelo decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 da seguinte forma:

Convênio – acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência dos recursos financeiros de dotação consignadas nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União e tenha como participe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração público estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação (BRASIL, 2007, Art. 1º)

No caso das parcerias publico-privadas o interesse recíproco fica por conta do atendimento à primeira etapa da Educação Básica no Brasil, a educação infantil.

É valido ressaltar que se houver irregularidades ocorrentes descritas na Lei Federal 8.666, de 1993, a seguir, o Termo de Convênio pode ser encerrado e os recursos públicos repassados as instituições devem ser cancelados. Mediante ao não cumprimento dos seguintes incisos:

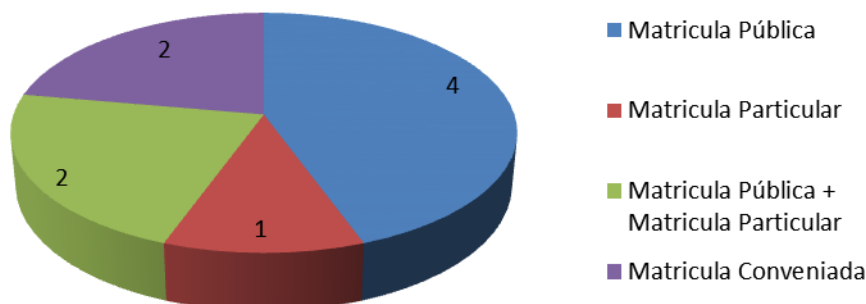
- I - quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;
- II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o

inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

III - quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno. (BRASIL, 1993, Art. 116, § 4º)

Em relação à contabilização das matrículas conveniadas no Censo Escolar as mesmas são registradas de diferentes maneiras a depender dos municípios: como matrículas públicas, particulares ou matrículas conveniadas, como podemos observar no gráfico a seguir.

### Matricula no Censo Escolar



**Gráfico 5: Matrículas no Censo Escolar.**

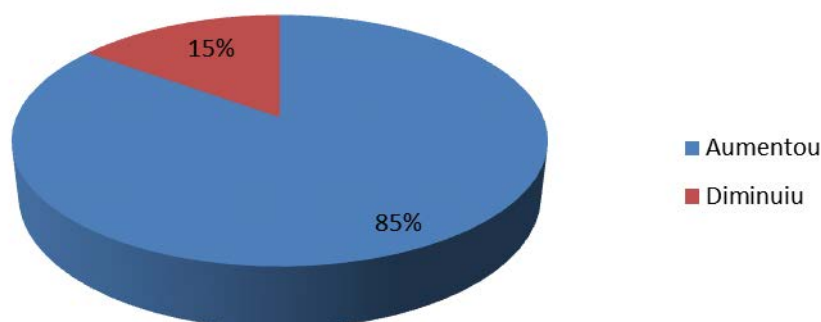
No município de Indaiatuba a diferenciação na contabilização das matrículas se reflete na estrutura física, uma vez que as instituições conveniadas que apresentam prédio próprio são exibidas como matrículas privadas, já as instituições conveniadas que ocupam prédio municipal são enquadradas em matrículas públicas. Dos municípios que disponibilizaram os dados referentes à contabilização das matrículas conveniadas no Censo Escolar, as cidades de Bauru, Cotia, Marília e Mogi Guaçu contabilizam todas as matrículas conveniadas como públicas, já o município de Botucatu respondeu que as matrículas dessa modalidade são contabilizadas como particulares. O município Itapevi contabiliza como matrículas públicas as instituições: Madre Paula Elizabeth Cerioli e APECATU, enquanto a instituição Irmã Jécia Pinheiro é matrícula privada. Os municípios de Santos e São José do Rio Preto contabilizam as matrículas como conveniada. Assim o critério de registro das matrículas conveniadas tem sido distinto entre os municípios.

Outro item em relação ao conveniamento é a justificativa do Poder Público Municipal para a implantação do conveniamento para a oferta de vagas na Educação Infantil. Assim os municípios de Araras, Botucatu, Indaiatuba, Itapevi, Mogi Guaçu, Santos e São José do Rio Preto justificaram que a alta demanda da Educação Infantil faz com que haja a implantação do conveniamento. Os municípios de Sumaré e Taboão da Serra responderam que a falta de estrutura física é o motivo para o conveniamento. Já o município de Bauru a justificativa perpassa a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade.

#### 4.2 Matrículas

A seguir há análise das matrículas tendo como referencia a implantação do FUNDEB, em 2007 até o ano de 2012.

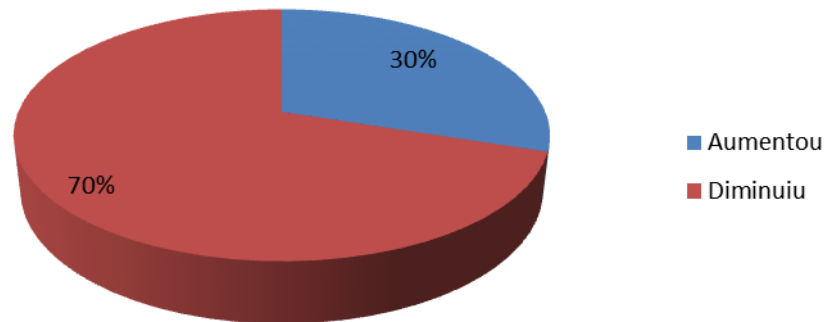
### Matrículas públicas municipais em Creches pós FUNDEB



**Gráfico 6: Matrículas públicas municipais em Creches pós FUNDEB.**

Observa-se que após a implementação do FUNDEB, as matrículas em creches municipais tendem ao crescimento, em 85% dos municípios, que corresponde a 17, o numero de matrículas aumentou, enquanto três município, 15%, apresentou declínio no numero de matrículas públicas municipais entre 2007 e 2012.

## Matrículas públicas em Pré-Escola pós FUNDEB.

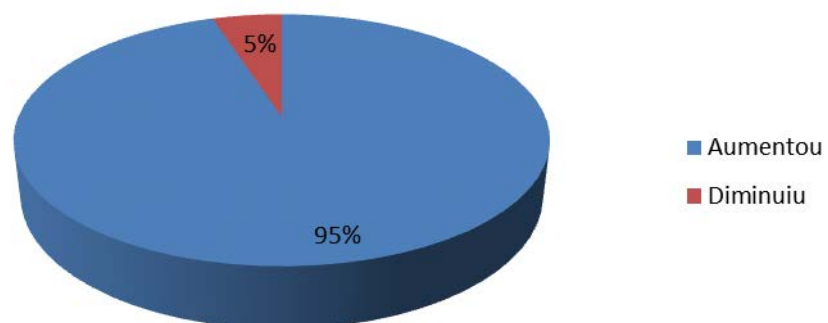


**Gráfico 7: Matrículas públicas em Pré-Escola pós FUNDEB.**

Observa-se que a maior parte dos municípios – 14, apresenta declínio no número de matrículas públicas na Pré-Escola, representando 70%, enquanto 6 municípios apresentaram aumento no número de matrículas entre 2007 a 2012.

No ano de 2006 foi publicada a lei nº 11.274 no qual a Educação Fundamental se reestruturou em nove anos, atendendo idades entre seis a quatorze anos, dessa forma podemos entender que a entrada de crianças com seis anos nesta etapa propiciou a queda das matrículas de pré-escola na rede municipal de educação. Assim a Educação Infantil passou a atender crianças de zero a cinco anos de idade.

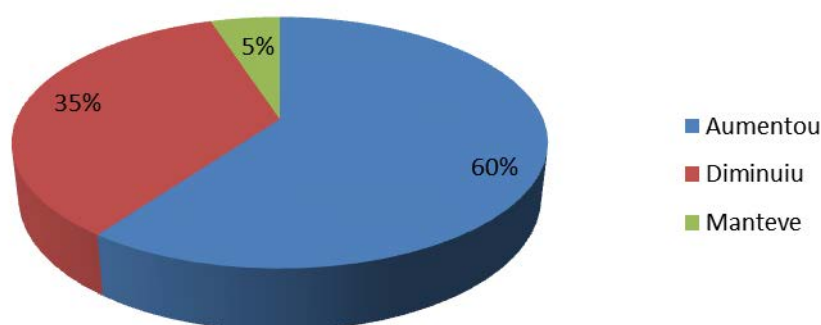
## Matrículas privadas em Creche pós FUNDEB.



**Gráfico 8: Matrículas privadas em Creche pós FUNDEB.**

Observa-se que 95% dos municípios, representando 19, apresentaram aumento no número de matrículas entre 2007 a 2012. Enquanto um município, 05%, obteve declínio no número de matrículas.

### Matrículas privadas em Pré-Escola pós FUNDEB.



**Gráfico 9: Matrículas privadas em Pré-Escola pós FUNDEB.**

Observa-se que 12 municípios, total de 60%, apresentaram aumento no número de matrículas, enquanto 7 municípios, 35%, obteve declínio e um município, 5%, manteve o número de matrículas entre 2007 e 2012.

Há de se observar que as creches apresentam aumento no número de matrículas enquanto instituições públicas e privadas. De modo que em pesquisa realizadas por Oliveira (2010), Borghi (2012) e Domiciano (2009) a contabilização das matrículas conveniadas é diferente entre os municípios alguns exibem como públicas e outros como privada, nesta atual pesquisa, no conjunto dos municípios que disponibilizaram os dados também apresentam essa mesma característica em contabilizar as matrículas conveniadas ora como publicas e ora como privadas, como é visto anteriormente.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A concepção de Educação Infantil no Brasil foi marcada em seu primeiro momento pelo caráter assistencialista, voltada à população de baixa renda e com profissionais da saúde, tal modo que, entre os anos de 1920 a 1970 foram criadas creches e pré-escolas a crianças de zero a seis anos com o intuito do cuidado, higiene, alimentação e civilização. Também foi fundadas instituições e órgãos sendo que os recursos monetários dirigidos a estas eram repassados por meio de parcerias com associações particulares não lucrativas. De modo que o Estado se ausentava da responsabilidade financeira. (KRAMER,1992)

O momento de mudança, no qual a Educação Infantil passou a integrar o ensino foi com a promulgação da CF de 1988, o texto afirmou que é dever do Estado garantir vagas às crianças de zero a seis anos, ficando a cargo dos pais ou responsáveis a realização da matrícula. Posteriormente, outros documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reafirmaram o direito e acesso a esta etapa educacional.

Apesar do financiamento da educação estar contida na CF 88, o mesmo destaca que distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, que no caso da Educação Infantil foi conquistada com a Emenda Constitucional nº59 de 2009, que assegurou a obrigatoriedade do governo em oferecer educação básica e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, mas somente a partir de 2016.

Com a vigência do FUNDEB que permite o repasse de recursos públicos a entidades privadas para a oferta de vagas, ficou evidente o crescimento no numero de parcerias. Pois entre os municípios estudados, a pesquisa demonstra a adesão do conveniamento por meio de dados de matriculas conveniadas do site FNDE e das respostas dos municípios.

A partir dos dados disponibilizados pelas Secretarias Municipais de Educação e do site FNDE, as instituições conveniadas apresentam uma reconfiguração em relação a sua finalidade, já que em dois municípios há subvenção publica para instituições com fins lucrativos.

Se acoplamos os dados referente as matriculas publicas em creches entre 2007 e 2012, e a contabilização das matriculas do conveniamento como sendo publica, isso justifica o aumento da mesma no Censo Escolar. Já o declínio no numero de matriculas publicas na Pré-Escola entre 2007 e 2012, pode ser decorrente da Lei nº 11.274/ 2006 no qual Educação Fundamental se reestruturou em nove anos, atendendo idades entre seis a quatorze anos.

Assim crianças com seis anos de idade que antes era abrangida pela Educação Infantil passaram para a próxima etapa.

A justificativa dos municípios para a implantação dos convênios se perpassaram a diferentes ações no qual a mais explícita é a demanda. De tal modo que a parceria público - privada atende com maior agilidade o número de crianças fora do atendimento municipal. Já que a construção de novos prédios e contratação de funcionários necessita de tempo e maior valor monetário.

Porem o FUNDEB que repassa recursos as instituições conveniadas que atendem crianças de zero a três anos de idade, tem seu término já declarado, no qual seu período de vigência é até o ano de 2020. E além dessa legalidade, o texto da Conferência Nacional de Educação (CONAE), do ano de 2010, reflete uma luta para que o novo texto do Plano Nacional da Educação seja reestruturado, no qual fica definido à educação infantil a extinção da modalidade de parceria e a obrigatoriedade por parte do município em atender a demanda na rede pública, assim respeitando o princípio de que os recursos públicos serão destinados a escola pública. (BRASIL, 2010, p.113, apud OLIVEIRA, 2010, p. 132). Dessa forma para que esta ação política se concretize é “necessária uma coordenação efetiva e atuante dos órgãos da União, estados, Distrito Federal e municípios, com a ampliação, apoio e otimização dos processos de organização, gestão e universalização gradativa dessa etapa da educação básica” (BRASIL, 2010, p. 68).

## 6. REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

ADRIÃO, T. **Estratégias municipais para a oferta da Educação Básica**: Análise das parcerias público-privado no estado de São Paulo. Relatório final de pesquisa. Fapesp, 2009.

ARELARO, L. **A não-transparência nas relações público- privadas: o caso das creches conveniadas**. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V (Org.). Público e Privado na Educação: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008. p. 51-66.

CAMARA, S. **Sementeira do amanhã: o primeiro congresso brasileiro de proteção à infância e sua perspectiva educativa e regenerada criança**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 757-769.

CORRÊA, B. C. A educação infantil. In: OLIVEIRA, R. P; ADRIÃO, T. **Organização do ensino no Brasil**: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. 1ª ed. São Paulo: Xamã, 2002, p. 13-32.

GREPPE, Banco de Dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”. Disponível em < <http://www.rc.unesp.br/ib/educacao/greppe/>>

BORGHI, R. **Oferta Educacional nas creches**: Arranjos Institucionais entre o Público e o Privado. Relatório Final de Pesquisa. 2012.

BORGHI, R.; ADRIÃO, T.; ARELARO, L. **A relação público-privada na oferta da educação infantil**: continuidades e rupturas. In: XXIV Simpósio Brasileiro e III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação, 2009, Vitória. Direitos Humanos e Cidadania: desafios para as políticas públicas e a gestão democrática da educação. Vitória. Porto Alegre: Anpae, 2009. v. 08. p. 1-19.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 14 de março de 2013.

BRASIL, **Emenda Constitucional nº59**. 2009. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm)>

BRASIL. **Decreto nº 6.170**, de 25 de julho de 2007. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm)>

BRASIL, **Decreto nº 6.253**, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm)>

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Financiamento da Educação – Fundeb**, 2009a. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/index.php/financ-fundeb>>. Acesso em 2 de novembro de 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>

BRASIL. **Lei nº 8.666**, 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm)>

BRASIL. **Lei nº. 9.424**, de 24 de dezembro de 1996a. Institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Brasília, 1996. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9424.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm)>

BRASIL. **Lei nº 11.494**, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm)>

BRASIL, **Lei nº 11.700**, de 13 de junho de 2008. Acrescenta inciso X ao caput do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11700.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11700.htm)>

BRASIL, **Lei nº 12.793**, de 02 de abril de 2013. Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO; altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para autorizar a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxa de juros nas operações de crédito para investimentos no âmbito do FDCO; altera as Leis nº7.827, de 27 de setembro de 1989, e nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que tratam das operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S.A.; altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para estender à Região Centro-Oeste incentivos fiscais vigentes em benefício das Regiões Norte e Nordeste; e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/Lei/L12793.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12793.htm)>

BRASIL. **Lei Complementar nº 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996b. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>

BRASIL. Ministério da Educação/ Secretária de Educação Básica. **Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2009b.

BRASIL. MEC. **Conferência Nacional de Educação: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação.** Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** 1995. Disponível em < <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>

COSTA, M. **Criar o público não-estatal ou tornar público o estatal?** In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org). O público e o privado na educação: interfaces entre estado e sociedade. São Paulo: Xamã, 2005. p. 13-30.

DOMICIANO, C. A. **O Programa 'Bolsa Creche' nos municípios paulistas de Piracicaba e Hortolândia: uma proposta para alocação de recursos estatais à educação privada?** 226f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual paulista, Rio Claro, 2009.

FNDE. **Instituições conveniadas e alunos considerados na distribuição dos recursos do Fundeb.** Disponível em < <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-consultas/institui%C3%A7%C3%B5es-conveniadas-e-alunos-considerados-na-distribui%C3%A7%C3%A3o-dos-recursos-do-fundeb>>

FNDE. **Matriculas da educação básica, estimativa da receita anual e coeficientes de distribuição de recursos.** Disponível em < <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-consultas/matr%C3%ADculas-da-educa%C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica,-estimativa-da-receita-anual-e-coeficientes-de-distribui%C3%A7%C3%A3o-dos-recursos>>

IBGE. **Cidades@.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>

INEP. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar - 1997/2013.** Disponível em < <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção biblioteca de educação. Série 1. Escola; v.3).

KRAMER, S. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil é/e Fundamental.** Educação e Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006.

JESUS, W. F. **O financiamento da educação infantil não é brincadeira de criança: Entre a ausência no Fundef e a insuficiência do Fundeb?.** Iter-Ação: Revista da Faculdade de Educação. UFG, 33(2), p. 281-296, jul./dez. 2008.

LOPES, K.R., MENDES, R.P., FARIA, V.L.B., **Livro de Estudo: Coleção PROINFANTIL**. MEC, Brasília, 2005.

OLIVEIRA, J. S. **Oferta Educacional nas creches e parcerias público-privado nos municípios paulistas de 100.000 a 500.000 habitantes**. 144f. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

PINTO, J. M. R. **A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo**. Educação & Sociedade, Campinas, v.28, n.100-Especial, p.877-897, out. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. **Secretaria Municipal de Educação de Araraquara**. Disponível em < <http://www.araraquara.sp.gov.br/Pagina/Default.aspx?IDPagina=3054>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRETOS. **Secretaria Municipal de Educação de Barretos**. Disponível em < <http://www.barretos.sp.gov.br/educacao-esporte-lazer>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI. **Secretaria Municipal de Educação de Barueri**. Disponível em < <http://www.barueri.sp.gov.br/>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU. **Secretaria Municipal de Educação de Bauru**. Disponível em < [http://www.bauru.sp.gov.br/secretarias/sec\\_educacao/sec\\_educacao.aspx?sec=67](http://www.bauru.sp.gov.br/secretarias/sec_educacao/sec_educacao.aspx?sec=67)>

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU. **Secretaria Municipal de Educação de Botucatu**. Disponível em < <http://www.botucatu.sp.gov.br/>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA. **Secretaria Municipal de Educação de Bragança Paulista**. Disponível em < <http://www.braganca.sp.gov.br/educacao/>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVA. **Secretaria Municipal de Educação de Catanduva**. Disponível em < [http://www.catanduva.sp.gov.br/secretaria/ver/12/SECRETARIA\\_DE\\_EDUCAC%C3%83O](http://www.catanduva.sp.gov.br/secretaria/ver/12/SECRETARIA_DE_EDUCAC%C3%83O)>

PREFEITURA MUNICIPAL COTIA. **Secretaria Municipal de Educação de Cotia**. Disponível em < [http://www.cotia.sp.gov.br/?page\\_id=408](http://www.cotia.sp.gov.br/?page_id=408)>

PREFEITURA MUNICIPAL GUARATINGUETÁ. **Secretaria Municipal de Educação de Guaratinguetá**. Disponível em < [http://www.guaratingueta.sp.gov.br/novo/index.php?sitesig=PMGUARA&page=PMGUARA\\_0160\\_SECRETARIAS&subpage=PMGUARA\\_020\\_EDUCA\[Ccedil\]\[Atilde\]O](http://www.guaratingueta.sp.gov.br/novo/index.php?sitesig=PMGUARA&page=PMGUARA_0160_SECRETARIAS&subpage=PMGUARA_020_EDUCA[Ccedil][Atilde]O)>

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA. **Secretaria Municipal de Educação de Indaiatuba**. Disponível em < <http://www.indaiatuba.sp.gov.br/educacao/>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA. **Secretaria Municipal de Educação de Itapetininga**. Disponível em < <http://portal.itapetininga.sp.gov.br/orgaos-e-entidades/1244/Secretaria-de-Educacao>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI. **Secretaria Municipal de Educação de Itapevi.** Disponível em < [http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/sec\\_educacao\\_cultura/index.php](http://www.itapevi.sp.gov.br/noticiasNovo/sec_educacao_cultura/index.php)>

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÚ. **Secretaria Municipal de Educação de Jaú.** Disponível em < [http://www.jau.sp.gov.br/secretarias.php?SEC\\_ID=36](http://www.jau.sp.gov.br/secretarias.php?SEC_ID=36)>

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILIA. **Secretaria Municipal de Educação de Marília.** Disponível em < [http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/?page\\_id=23546](http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/?page_id=23546)>

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU. **Secretaria Municipal de Educação de Mogi Guaçu.** Disponível em < [http://www.mogiguacu.sp.gov.br/v2/sec\\_educacao/](http://www.mogiguacu.sp.gov.br/v2/sec_educacao/)>

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA. **Secretaria Municipal de Educação de Pindamonhangaba.** Disponível em < <http://www.pindamonhangaba.sp.gov.br/materia.asp?cat=12>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE. **Secretaria Municipal de Educação de Praia Grande.** Disponível em < <http://www.praia grande.sp.gov.br/>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PIRES. **Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Pires.** Disponível em < [http://www.ribeiraopires.sp.gov.br/secretaria\\_det.php?id=EDUCA](http://www.ribeiraopires.sp.gov.br/secretaria_det.php?id=EDUCA)>

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Secretaria Municipal de Educação de Rio Claro.** Disponível em < <http://www.rioclaro.sp.gov.br/secretarias/educacao.php>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO. **Secretaria Municipal de Educação de Salto.** Disponível em < <http://www.salto.sp.gov.br/?io=hzUkC8Y65D3E5Qk1%2FXk82F3R&s=FSjlQf5NdmTJR37w6LzUiHK%2B>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA. **Secretaria Municipal de Educação de Santana de Parnaíba.** Disponível em < <http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br/secretarios.html>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. **Secretaria Municipal de Educação de Santos.** Disponível em < <http://www.santos.sp.gov.br/aprefeitura/secretaria/educacao>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Secretaria Municipal de Educação de São José do Rio Preto.** Disponível em < <http://demandanet.com/porta1/>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI. **Secretaria Municipal de Educação de Tatuí.** Disponível em < <http://tatui.sp.gov.br/secretarias/educacao-cultura-turismo>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATE. **Secretaria Municipal de Educação de Taubaté.** Disponível em < <http://www.taubate.sp.gov.br/index.php/2012-01-17-18-40-44/educacao/descricao>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALINHOS. **Secretaria Municipal de Educação de Valinhos.** Disponível em <  
[http://www.valinhos.sp.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=48&Itemid=79](http://www.valinhos.sp.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=79)>

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA PAULISTA. **Secretaria Municipal de Educação de Várzea Paulista.** Disponível em <  
<http://gove.varzeapaulista.sp.gov.br/?pag=41>>

SUSIN, M.O.K. **O estatal e o público não-estatal: onde está a educação infantil comunitária em Porto Alegre?** In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. Público e privado na educação: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008. p.67-77.